

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Daniella Ataíde Lôbo**

**Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia**

Vitória da Conquista - Bahia  
Fevereiro de 2017

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Daniella Ataíde Lôbo**

**Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa.

Vitória da Conquista - Bahia  
Fevereiro de 2017

L782m Lôbo, Daniella Ataíde.

Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia. / Daniella Ataíde Lôbo, 2017. Orientador (a): Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa.

87f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2017.

1. Memória política. 2. Militância feminina. 2. Partido Comunista do Brasil. 3. Historiografia. I. Sousa, Maria Aparecida Silva de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 320.9

*Catálogo na fonte:* Cristiane Cardoso Sousa – CRB 5/1843  
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Militancy female in PCB: memory, history and historiography

Palavras-chaves em inglês: Historiography. Memory. Militancy female. Communist Party of Brazil.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa (presidente); Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (Titular); Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago (Titular).

Data da Defesa: 21 de Fevereiro de 2017

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniella Ataíde Lôbo

### Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 21 de fevereiro de 2017.

#### Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa  
(Presidente)  
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães  
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago  
Instituição: UFAL

Ass.:  (rubrica)  
Maria Cristina Soares Paniago

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de escrever é solitário e às vezes bem doloroso. O de pesquisador não é menos árduo. Por diversos motivos, subjetivos ou não, de toda ordem. É por isso que está rodeada de pessoas que te possibilitam se manter firme e encarar algumas empreitadas da vida, é fundamental. Eu tenho as minhas pessoas, aquelas que arrefecem intranquilidades, estando longe ou perto, e me dão ar para encher os pulmões e continuar os dias. Pois meus dias, de uma tripulação inteira carecem. E é preciso que assim se mantenha, para que eu possa caminhar sem que os trilhos descarrilhem. Por todos os bons sentimentos que vocês, minhas pessoas, direcionam a mim, sou imensamente grata!

Dessa forma agradeço a todos que passaram por mim, não só aqueles que estiveram diretamente ligados ao desafio de concluir o Mestrado, mas todos que de alguma forma, nesse tempo, direcionaram a mim uma palavra gentil, um carinho despretensioso ou um olhar de empatia. Aos amigos que nas “saidinhas de leve” ofereciam um descanso das tarefas de pesquisadora, e proporcionavam horas de leveza.

A minha família, sempre tão próxima e participativa, que em diversos momentos teve que ser compreensiva com a minha ausência e displicência. Aos meus irmãos que vibravam em cada mensagem e telefone por cada passo dado, por menor que ele fosse. Aos meus sobrinhos (a), tão pequenininhos e cheios de carinho e boas risadas a oferecerem. Ao pai, por sempre direcionar um olhar de confiança de que eu conseguiria me manter firme e finalizar o que tinha me proposto a fazer. A minha mãe, pelas palavras tão certeiras e cheias de amor, que me acalmavam nas horas mais tensas e me faziam pensar que tudo acabaria bem. A Daniel, meu companheiro, pela paciência, pelo amor dedicado a mim e por ser a válvula de escape necessária. A Luan por estar sempre de ouvidos tão disponíveis para as insatisfações e insegurança, como amigo querido e também, como pesquisador crítico e atento.

Agradeço também a generosidade imensa da minha orientadora Maria Aparecida Silva de Sousa, por dispensar a mim e a minha pesquisa respeito, nas leituras atentas e nas críticas construtivas, pela competência com que desenvolve seu trabalho, pelo incentivo sempre presente e pela confiança. Também as professoras Lívia Diana Rocha Magalhães e Maria Cristina Soares Paniago, por se disporem a leitura do trabalho, de forma atenta e problematizadora, realizando apontamentos pertinentes e fundamentais no exame de qualificação, e também por aceitarem o convite para a participação na banca de defesa. Por

fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa, sem o qual estaria em muito dificultada.

A todos que, de diferentes formas, tornaram essa empreitada possível, minha gratidão sincera!

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma investigação acerca do silêncio a que foram destinadas as mulheres militantes pelas páginas da historiografia do Partido Comunista do Brasil produzida por militantes desta organização. A partir de um percurso iniciado na análise da posição ocupada pela figura feminina na sociedade capitalista e das relações estabelecidas socialmente, buscou-se explicitar de que maneira as mulheres, marcadas pela marginalização e subvalorização, transitavam em um contexto onde vigorava uma ideologia naturalista, que demarcava os lugares sociais com base nas relações estabelecidas entre os sexos. Destaca-se as formas de resistência gestadas pelo movimento de mulheres, que procuraram se desvencilhar das amarras sociais se manifestando em espaços marcadamente masculinos e se mobilizando em prol de suas demandas e também dos seus companheiros. Através dessa perspectiva foi possível pensar como algumas lideranças do Partido Comunista do Brasil elaboraram suas concepções sobre a militância feminina. A expressão e a reprodução dos valores vigentes na sociedade capitalista, no tocante à questão da mulher, se configuraram como fatores influentes na forma como os militantes do PCB rememoraram as suas trajetórias políticas e a formação do partido produzindo obras que demarcaram a memória e a história do Partido Comunista do Brasil. A pesquisa propôs indagar o esquecimento a que foram relegadas as mulheres militantes por seus companheiros, sobretudo no que diz respeito à memória do partido, na tentativa de problematizar questões que parte da historiografia insiste em tornar irrelevante, secundário e desnecessário.

**Palavras-Chave:** Historiografia. Memória. Militância feminina. Partido Comunista do Brasil.

## ABSTRACT

This work is the result of an investigation into the silence to which they were designed militant women through the pages of the history of the Communist Party of Brazil produced by militants. Through a journey started in the analysis of the position occupied by the female figure in capitalist society and the relationships established socially. We attempted to explain how women, marked by marginalization and undervaluation, transiting in a context which prevailed a naturalistic ideology that marked the social places based on gender factor as well as the forms of resistance gestated by the women's movement, which They tried to pull away from social constraints manifesting in markedly male spaces and mobilizing in support of their demands. Through this approach it was possible to think like the Communist Party of Brazil, inserted in this context, nurtured his views on female militancy. The expression and reproduction of values prevailing in capitalist society, regarding the issue of women, was set up as an important factor in how PCB militants rememoram the formation of the party and its path next to it, and they came to write the works They composed the history of the Communist Party of Brazil. This work justifies its existence in the quest for oblivion to which they were relegated militant women by their partners, and in trying to discuss issues of the historiography insists become irrelevant, secondary and unnecessary.

**Keywords:** Historiography. Memory. Militancy female. Communist Party of Brazil.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES .....</b>	<b>19</b>
2.1 A POSIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	19
2.2 TRABALHADORAS E MILITANTES .....	24
2.3 A FIGURA FEMININA NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO.....	34
<b>3 REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E AS CONCEPÇÕES DE MILITÂNCIA FEMININA .....</b>	<b>44</b>
3.1 O PCB: FUNDAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FEMININA .....	44
3.2 OS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA E AS DIRETRIZES DO PCB ACERCA DA MILITÂNCIA FEMININA.....	47
3.3 O TRABALHO DE ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA .....	57
<b>4 A MEMÓRIA DO PCB E O SILENCIAMENTO SOBRE A MILITÂNCIA FEMININA .....</b>	<b>62</b>
4.1 A ATUAÇÃO DAS MULHERES JUNTO AO PCB .....	62
4.2 A PRODUÇÃO MILITANTE ACERCA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL ..	66
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Não se trata de fato desconhecido o débito da historiografia e dos estudos acerca dos movimentos sociais com as mulheres. As tentativas para a superação dessa lacuna podem ser localizadas nas primeiras décadas do século XX por razões que se vinculam a uma conjuntura mais propícia. As elaborações propostas pelos membros dos *Annales* sobre os novos objetos e metodologias no campo da História, a reformulação dos paradigmas científicos e as alterações ocorridas no cenário acadêmico, assim como a influência promovida pelo movimento feminista foram, sem dúvidas, fatores relevantes para a projeção de uma história das mulheres.

Um dos renomados historiadores do século XIX, Jules Michelet reservou lugar importante à mulher em seus escritos. Apesar da dual vinculação feita entre mulher/natureza e homem/cultura, concepções vigentes em sua realidade, Michelet pensou e articulou em suas obras a relação estabelecida entre os sexos, chegando até mesmo a anunciar que tal relação seria um dos motores da história. Mais tarde, após um período de relativa recusa em tratar do assunto por parte da *Escola dos Annales*, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, visto que o foco de interesse centrava-se nos planos econômicos e sociais, as mulheres passaram a se tornar um pouco mais atraentes aos estudos realizados pela terceira geração, em 1970, a chamada *Nouvelle Histoire*, que tinha a dimensão sexuada das relações como fator a ser levado em consideração nos processos históricos. A problematização sobre aspectos da vida privada tais como, sexualidade, família e práticas cotidianas, sob a influência de pesquisadores como Philippe Ariès e Georges Duby, inseriram, de determinada forma, as mulheres na história. (PERROT, 1995, p.16)

Contudo, a forma de abordagem ainda não propiciava a mulher o lugar de sujeitos da história. Tal perspectiva foi delineada pelo próprio movimento de mulheres, entre as décadas de 1970 e 1980, quando passaram a serem vistas para além dos aspectos biologizantes e a diferença entre os sexos começou a ser analisada como uma construção social. As reivindicações do movimento em países como Estados Unidos, França, e outras localidades, juntamente com a feminização das universidades, suscitaram o interesse de estudantes e professores, que passaram a promover cursos, grupos de reflexão e discussões cuja temática era as mulheres, ganhando assim, certa proporção e visibilidade, o que acarretou na multiplicação de pesquisas que tinham como enfoque uma história das mulheres (SOIHET, 1997, p. 214-215).

Muitos são os estudos que posicionam o movimento feminista<sup>1</sup> como grande impulsionador da história das mulheres, tendo em vista que, a partir dos seus questionamentos à realidade social, apontava a ausência da figura feminina nos escritos historiográficos e reivindicava um posicionamento a respeito, abrindo caminho posteriormente para historiadores interessados em se debruçar sobre a temática (DEL PRIORE, 2001; SOIHET, 1997; PERROT, 1995; SCOTT, 1992).

Segundo Michelle Perrot, a partir de então, torna-se

um campo de pesquisas que evoluiu nos seus objetos, seus métodos e pontos de vista. Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Isso conduziu a uma reflexão em torno da história enquanto produto da dominação masculina, a qual atuava em dois níveis: nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato (1995, p.20).

As análises a respeito da mulher como objeto de pesquisa, inicialmente, enfocavam as figuras femininas oprimidas, aquelas concebidas como vítimas da condição econômica do sexo feminino, como as prostitutas, operárias e domésticas. Posteriormente foi colocado em perspectiva a questão do corpo, sua apropriação e representação e mais tarde surgiu a necessidade de uma mudança de enfoques que permitisse a superação da vitimização feminina e buscasse vislumbrar toda a complexidade da sua inserção e atuação social, “abarcando as diversas dimensões da sua experiência histórica” (SOIHET, 1997, p.216). Foi então que se atentou para a compreensão do papel das mulheres nos movimentos sociais, nas revoluções, suas formas de luta e de resistência<sup>2</sup>.

Assim, principalmente nos anos 70, a produção historiográfica tomando como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente influenciadas pelo marxismo, preocupou-se em identificar os signos da opressão capitalista sobre elas (CUNHA, 2000, p. 149).

No Brasil, a forma como foram sendo conduzidas as narrativas históricas se deu de forma semelhante. Tânia Maria Gomes da Silva em seus estudos sobre a *Trajetória da*

---

<sup>1</sup> De maneira genérica, o movimento feminista pode ser definido como “profundamente imbricado com os movimentos políticos dos anos 1960 e estreitamente vinculado à efervescência cultural e política que varria todo o mundo ocidental. Estes movimentos da vanguarda intelectual colocaram em xeque padrões morais socialmente aceitos, desmontando arraigados valores de família e recusando a posição subalterna da mulher dentro do espaço privado, além de questionar os pressupostos epistemológicos que norteavam o mundo do saber” (SILVA, 2008, p. 225). Adiante retomaremos ao tema

<sup>2</sup> Não é de nosso interesse aqui refazer o caminho percorrido pela historiografia que diz respeito as mulheres, salientando suas contribuições e temáticas abordadas. Tal abordagem se encontra de forma detalhada em: SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

*historiografia das mulheres no Brasil* (2008)<sup>3</sup> aponta que tais narrativas se iniciaram a partir de 1980 e estiveram marcadas, em um primeiro momento, pela preocupação com a “dialética da dominação *versus* opressão”, deixando em segundo plano a atuação e as formas de resistência elaboradas pelas mulheres. A produção historiográfica de então elegeu o período colonial como principal foco de interesse, se atentando mais detidamente sobre as senhoras de engenho e as escravas, estas como polos opostos e distantes, assim como o discurso moralizador que vigorava sobre a utilização dos corpos das mulheres. A autora evidencia também a preocupação de alguns trabalhos em se atentarem para uma releitura das fontes, o que propiciou aos historiadores se depararem com mulheres que destoavam da ideia apregoada pelo discurso moralizador que insistia em mostrar uma figura feminina pacata e ordeira.

Na medida em que novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados aos estudos históricos – mediante a valorização da história oral e da história do tempo presente e a utilização dos arquivos particulares (cartas, diários, fotografias) – foi possível ampliar as balizas temporais das pesquisas e abarcar períodos mais próximos. Surgiram, assim, estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho nas fábricas do século XIX e primeiras décadas do XX, sobre a expansão da educação feminina e sobre o surgimento de publicações organizadas por e destinadas para as mulheres. Estudos que, gradativamente, aqueceram o debate e deram musculatura à historiografia das mulheres. (SILVA, 2008, p.228).

Imbricada às novas perspectivas de análise, mas carregando a pretensão de avançar nos estudos sobre a mulher, a partir de 1980 interpõe-se como essencial a utilização da categoria de gênero, a fim de que fosse possível sistematizar uma compreensão mais aprofundada das relações estabelecidas entre os sexos. Joan Scott (1989) explicita que o uso do termo emergiu em um momento de grande efervescência, onde, de certa maneira, tomou a forma de uma evolução dos paradigmas científicos. Contudo, adverte que

as abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) de então se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT1989, p. 06).

A autora, em sua obra *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1989) tece diversas críticas sobre o que julgou ser um uso limitado e generalizador das abordagens das análises de gênero. Salienta ainda que uma teorização que pautasse a questão do gênero

---

<sup>3</sup> Para mais informações ver: DEL PRIORE, M. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

enquanto categoria de análise só veio a ser gestada no final do século XX, quando o termo passou a representar uma tentativa das feministas contemporâneas em reivindicar um terreno próprio de definição, insistindo na inadequação das teorias existentes – se referindo às teorias do patriarcado, psicanalítica, e a marxista – que se propuseram a explicar a desigualdade entre homens e mulheres.

Procurando defender uma visão mais abrangente, tendo em vista o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, Scott propõe uma construção e análise do conceito de gênero pautada em sua historicização, e o define sob duas preposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (1989, p.21). Assim sendo, a autora rejeita a constante oposição binária, que afirma através de símbolos o masculino e o feminino, apregoada principalmente pelas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas.

Há inteira consonância com Joan Scott quando esta adverte,

inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (SCOTT, 1989, p. 04).

Vê-se então, a necessidade de se problematizar as lacunas existentes na historiografia no tocante à questão feminina, para além de inserir, ou mesmo se fazer uma história das mulheres. Põe-se como imprescindível relevar os motivos e processos que produziram o esquecimento e/ou o silenciamento dos sujeitos femininos invisíveis, a fim de que a história não continue incompleta. Tratar do silenciamento é também tratar da memória, a entendendo como um fenômeno dinâmico e interativo, que está inserido e é resultado de complexas relações sociais, considerando que lembrar e esquecer implicam em movimentos de um mesmo processo.

Nesse sentido, esta pesquisa foi norteada pela necessidade de se investigar, através da interdisciplinaridade e problematização da memória, os processos e motivações que levaram ao esquecimento da participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil na historiografia produzida por seus militantes. Para isso, se faz primordial compreender as diferentes abordagens de estudo acerca da memória e por meio da sua instrumentalização alcançar uma compreensão mais apurada e completa do objeto de estudo.

Os estudos que tem a memória como objeto de reflexão há muito são conhecidos, a despeito de no Brasil somente nos anos mais recentes tornarem-se foco de atenção das áreas

das ciências humanas e sociais. Fazendo um percurso que vai desde a antiguidade grega, na filosofia clássica, através das formulações de Platão e Aristóteles, o interesse sobre a memória se torna cada vez mais significativo, principalmente na virada do século XIX para o século XX, transitando como objeto de investigação científica no campo da sociologia. Com o advento da modernidade, a memória adquire respaldo científico, como objeto e fenômeno dos estudos nas áreas das chamadas ciências médicas, – a memória foi analisada desde uma perspectiva biologizante, na qual levam-se em consideração aspectos individuais e operações cerebrais, onde informações e imagens se mantinham armazenadas em partes específicas da estrutura fisiológica humana – da psicologia, com Freud e Hermann Ebbinghaus, entre outros estudiosos que se aplicaram sobre as descobertas do funcionamento da mente humana. Até por fim, à medida que os estudos foram avançando e novas análises foram sendo feitas no sentido de considerar as “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual” (LE GOFF, 1990, p. 426), se inserir nas ciências sociais por meio de algumas vertentes da filosofia e pela sociologia (BRAGA, 2000; SANTOS 2003; RICOEUR 2007).

A memória como campo de investigação foi, e tem sido, abordado pelas mais diversas perspectivas e concepções. Dentre os teóricos que desenvolveram sua análise em uma dimensão social, destacam-se como relevantes as contribuições de Henri Bergson (1896), filósofo francês que buscou assimilar em seus estudos a subjetividade da memória, a concebendo como determinante da consciência, como também as de Frederic Bartlett (1886-1969), com a elaboração de uma teoria da memória através de uma perspectiva psicossocial, além do psicólogo russo Lev Vygotsky, cuja teorização da memória se pautava no materialismo histórico.

Mas foi Maurice Halbwachs, discípulo durkheimiano – o que diz muito a respeito da forma como compreendeu os fundamentos e funcionamentos da sociedade – elaborou o conceito de memória enquanto fenômeno coletivo, tornando um dos precursores de tal abordagem e tendo influenciado grande parte dos estudos posteriores sobre o tema. Coube a Halbwachs sistematizar tal conceito mais detidamente em suas obras<sup>4</sup>, sendo a primeira delas

---

<sup>4</sup>Além das citadas, que aqui nos são de maior interesse, há também *A Topografia Legendária dos Evangelhos em Terra Santa*, publicada em 1941, onde Halbwachs analisa “como o espaço, fundamental na narrativa cristã, confere estabilidade às alterações que se produzem no tempo da lembrança, o tempo do presente. O autor, aborda a organização do espaço através da narrativa dos Evangelhos que, sob a forma de memória em movimento, definindo e atualizando os itinerários dos lugares santos, inscreve o espaço numa ordem menos territorial do que simbólica” (FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. *Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado*. Revista Historiae, v. 3, p. 09-26. Rio Grande, 2012).

*Quadros Sociais da Memória*, publicada em 1925, e, postumamente, em *Memória Coletiva* (1950).

O eixo central da sua tese é evidenciar como a memória, sua estrutura e manifestação correspondem a determinações coletivas, considerando que esta promove uma ligação entre os membros de um grupo pela correspondência de seu passado compartilhado. Tal laço criado oferece uma ideia de inalterabilidade, ou melhor, de permanência, assim, denota-se que “a memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço” (PERALTA, 2007, p. 06).

Um dos pontos básicos e de fundamental importância da teorização de Halbwachs é salientado por Gérard Namer no posfácio da obra *Los marcos sociales de la memoria: “reconstruir el pasado em función do presente”* (2004, p. 345). Ou seja, o ato de voltar os olhos ao passado somente pode ser feito com a clara ideia de reconstruí-lo, jamais recordá-lo tal qual vivido, estando esta recordação sempre subordinada às demandas do presente. Pela mutabilidade inerente à sociedade e aos grupos que nela se inserem, novos valores e concepções acabam por ser gerados, assim modificam-se também a perspectiva com que o presente expõem o passado. O autor elucida:

Nuestra memoria, sin duda, retoma a medida em que avanzamos, buena parte de lo que parecia haberse escurrido, aunque de una forma nueva. Todo sucede como cuando un objeto es visto bajo un ángulo diferente, o cuando es iluminado de manera diferente: la distribución nueva de las sombras y de la luz cambian a tal punto los valores de las partes que, reconociéndolas, no podemos decir que hayan permanecido tal como eran (HALBWACHS, 2004, p.38).

De acordo com o pensamento halbwachiano, a memória sendo coletiva abriga em si as memórias individuais – posto que seja sempre o indivíduo que recorda – cuja sobrevivência e elaboração se encontram em sua dependência. Segundo a análise de Peralta sobre tal formulação, “as memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e aceções que são comuns a todos os membros do grupo, na medida em que a imagens privadas que cada um tem do passado são submetidas a padrões apropriados mantidos colectivamente” (PERALTA, 2007, p.07).

Para que o indivíduo tenha a possibilidade de rememorar é necessário que se valha de dispositivos capazes de acionar suas lembranças. Tais dispositivos se configuram como quadros fornecidos pelo grupo, ao qual o indivíduo se vincula, onde ancorará estas lembranças. Desse modo, *os marcos sociais da memória* tal como teoriza Halbwachs podem ser entendidos como “los instrumentos que la memoria colectiva utiliza para reconstruir una

imagen del pasado acorda con cada época y en sintonía con los pensamientos dominantes de la sociedad” 2004, p. 10), ou seja, são um conjunto de valores e concepções, que compreendem linguagem, visão de mundo, representações, noções, símbolos, costumes e etc, que, presentes no interior do grupo (familiar, político, religioso, escolar, etc), permitem ao indivíduo realizar o trabalho de rememoração. Tais marcos sociais possibilitam a reconstrução do passado em função das necessidades do presente.

Entre outras categorias elaboradas por Habwachs, através da sua formulação sobre *marcos sociais da memória*, consideramos como valores, práticas e concepções em funcionamento do interior do Partido Comunista do Brasil, sendo este o principal quadro de ancoragem das lembranças dos militantes, a marginalização e a subvalorização feminina. A partir dessa premissa é que pode analisar a escrita da história do Partido, por lideranças comunistas, que ao longo do tempo se consubstanciaria na própria memória da agremiação reproduzindo o silenciamento da militância feminina ao mesmo tempo em que se faz uso de um discurso de transformação da sociedade capitalista.

A inclusão das elaborações de Michael Pollak, no que concerne aos conflitos e fissuras nos grupos aos quais os indivíduos estão inseridos, também funciona como uma diretriz teórica de fundamental importância para a compreensão da memória. O autor assenta que o *enquadramento da memória* responde à necessidade de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum” (POLLAK, 1989, p. 08), portanto, a reconstrução da história e da memória do grupo, partido ou classe não pode ser cindida de sua inserção e interação com as relações de poder no interior destes. Tal abordagem nos possibilita travar um diálogo positivo com Habwachs, proporcionando os avanços necessários, já que concebe a memória não como um objeto estático, externo as relações sociais, estritamente individual e passivo, mas sim como um fenômeno dinâmico e interativo, que está inserido e é resultado de complexas relações sociais.

Há, portanto, inteira consonância com Elizabeth Jelin, para quem

[...] toda política de conservación y de memoria, al seleccionar huellas para preservar, conservar o conmemorar, tiene implícita una voluntad de olvido. Esto incluye, por supuesto, a los propios historiadores e investigadores que eligen qué contar, qué representar o qué escribir en un relato (JELIN, 2002, p. 30).

A pesquisadora argentina, fortemente influenciada pelo pensamento de Michael Pollak, salienta que a problematização da construção da memória é de essencial importância para a compreensão da sua complexidade, pois a ressignificação dos acontecimentos do passado não



se estabelecem de forma imutável, estando atrelado ao momento histórico, a conjuntura social e o posicionamento dos atores.

Por assim ser, os apontamentos realizados por Pollak nos sugere a memória como um resultado complexo de relações de poder, e fundamental assim a nossa análise das fontes documentais bibliográficas, onde a produção do conhecimento, sua expressão e reprodução estão atravessadas tanto pelos processos da memória quanto pelas relações sociais e políticas. Este trabalho justifica a sua existência na indagação pelo silêncio. Pela procura por algo que parte da historiografia insiste em tornar irrelevante, secundário e desnecessário.

A rigor, há inteira consonância com Emília Viotti da Costa quando essa inquirir: "Como é possível a esta altura que os historiadores continuem a ignorar o papel da mulher na força de trabalho industrial? (1990, p.11)". A autora insiste em seus textos sobre o caráter do ocultamento da participação da mulher no trabalho industrial e na movimentação operária indicando a probabilidade que "esse silêncio seja resultado de um viés não apenas por parte da liderança política como também por parte dos historiadores" (1982, p. 226). Apesar dos avanços já realizados, se faz ainda persistente a necessidade em incorporar a mulher na história das classes trabalhadoras e do Partido Comunista do Brasil, para que esta não continue incompleta, por não revelar os motivos e processos que produzem seu esquecimento. Identificar as relações de gênero, como eram colocadas e entendidas pelos militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil, bem como as relações de poder que ali se estabeleceram, é de extrema importância para se compreender as motivações que levaram ao silenciamento sobre as mulheres militantes.

O presente trabalho se constitui primeiramente de uma análise acerca do lugar ocupado pela mulher na sociedade capitalista, na tentativa de compreender como era pensada sua participação social e relevância, atentando para as justificativas da sua depreciação. Através da explicitação do processo das transformações econômicas, bem como das relações de trabalho, as quais acarretaram a reestruturação das relações familiares, tornou-se possível evidenciar as barreiras impostas à mulher pelo modo de produção capitalista e a posição subalterna que lhe é dispensada. Não se perde de vista a dimensão sexuada de tais relações, que se estabelece como fator preponderante para a inferiorização da mulher e valorização masculina.

Ainda no primeiro capítulo procurou-se apresentar as mulheres como trabalhadoras, a subvalorização da força de trabalho feminina e sua marginalização no sistema produtivo, assim como as mulheres militantes e suas formas de resistência, através do movimento

feminista e posteriormente sua aglutinação no movimento operário, em diversas partes do mundo, e mais detidamente no Brasil.

Este trajeto percorrido com o auxílio de uma bibliografia pertinente possibilitou a apreensão da complexidade das relações estabelecidas entre os sexos, o processo transitório feminino e sua penetração em esferas tidas como majoritariamente masculinas, bem como a problemática da sua inserção e estabelecimento no movimento operário, contribuindo assim, para uma construção teórica mais adequada para o desenvolvimento do trabalho.

No segundo capítulo, buscou-se compreender como foi construído o lugar a partir do qual os militantes pecebistas se lembraram das mulheres e de sua participação na militância política no interior do partido, por meio da análise da relação do PCB com as diretrizes da Internacional Comunista e o partido soviético no tocante a questão da mulher, bem como suas concepções próprias sobre a militância feminina e suas deliberações. Através da instrumentalização de categorias teóricas da memória, procurou-se compreender de que forma o PCB se configurou como principal quadro de ancoragem, a partir do qual os militantes escreveram as obras que compuseram a historiografia do Partido Comunista do Brasil. Valores, concepções e práticas acerca da marginalização e da subvalorização feminina, vigentes no interior do partido, e que reproduziam as concepções da sociedade capitalista, se constituindo nos marcos sociais a partir dos quais rememoraram a formação do PCB e relegaram a participação das mulheres militantes ao esquecimento. Incorporar, elaborar uma síntese e estabelecer diálogos com outros autores que se debruçaram sobre o complexo campo da memória, como Michael Pollak, que traz uma abordagem onde a memória é entendida como imersa nas relações de poder, se fez essencial para a pesquisa, na tentativa de responder os questionamentos levantados e promover avanços nos estudos acerca do tema.

De forma integrada e mutualmente complementar, no terceiro capítulo apresentamos uma análise crítica direcionada a algumas obras produzidas por militantes do PCB. Tais obras se estabelecem neste trabalho como base documental e compõe um vasto conjunto de publicações dos militantes do PCB que, durante muito tempo, compôs a sua historiografia, sendo o critério para sua seleção a intensidade de participação no Partido Comunista do Brasil, a contribuição teórica-intelectual e também por serem produções identificadas como *produção militante* (BATALHA, 1990). Esta carrega como características a função legitimadora de indivíduos e grupos, o perfil hagiográfico e o estilo de narrativa memorialístico (BATALHA, 1990, p. 02-04). Para Georges Haupt, que reflete sobre esta escrita e sua forma de conceber o movimento operário “sua função essencial é ideológica: ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais

que servem de referência e que ocupam o lugar de explicação” (HAUPT, 1985, p. 215). Coube também neste capítulo a recuperação da trajetória de algumas personagens femininas que militaram junto ao PCB, mas tiveram sua militância esquecida, a fim de comprovar sua participação e dar-lhes o espaço merecido na história do partido, lhes devolvendo o direito à fala e à memória.

O propósito maior desta pesquisa é demonstrar como as obras escritas pelos militantes que integraram o Partido Comunista do Brasil se configuraram, e ainda configuram, como espaços de construção de uma memória, esta como um fenômeno resultante da interação entre o indivíduo e a sociedade, bem como um espaço de poder e disputa, que consciente ou inconscientemente, desprezou a militância feminina, determinando seu esquecimento.

## 2 A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES

### 2.1 A POSIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

As transformações ocorridas no decorrer do século XIX, políticas, econômicas e sociais, atingiram de forma incisiva as unidades familiares nas sociedades ocidentais, lhes dando novas configurações. Até então o trabalho doméstico estava vinculado ao chamado trabalho produtivo, e ambos eram realizados em um único ambiente, onde homens e mulheres, em conjunto, realizavam todo o trabalho necessário para a manutenção da família, mesmo que possuindo ocupações sexualmente diferenciadas. No campo, em casa cozinhando e criando os filhos, nos pequenos comércios, nas manufaturas, a mulher era peça essencial para o bom andamento de quaisquer que fossem as atividades, “enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

Com o despontamento das chamadas indústrias domésticas, no período imediato ao processo de industrialização, o trabalho ainda era realizado no espaço da casa, mas agora se voltava a um mercado mais amplo. Por assim ser, o lugar ocupado pela mulher não se modificou substancialmente, ela ainda se encontrava fortemente atrelada ao ambiente doméstico, o que houve foi uma acentuação das diferenças existentes entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, este passando a se concentrar nas manufaturas de algodão, tecelagem, trabalhos com a renda e a palha traçada, estas últimas se configurando como manufaturas especificamente femininas, contando sempre com o auxílio das crianças da casa (HOBSBAWM, 1988, p.175). À medida que as técnicas de aprimoramento para a realização desse tipo de trabalho – como por exemplo, a mecanização de alguns serviços através do uso da máquina de costura – e a produção em uma escala maior avançavam, se tornava cada vez mais nítido o nível de exploração a que a mulher estava submetida, fosse por sua intensa jornada, tendo que conciliar o trabalho produtivo com o doméstico, fosse por ser mal remunerada. Hobsbawm (1988) salienta que mesmo dentro de um contexto desfavorável, tendo seu trabalho sempre rebaixado em relação ao masculino, a mulher ainda encontrava ali uma forma de combinar trabalho pago com a supervisão da casa e dos filhos, o que não foi se tornando cada vez mais difícil com o avançar do processo de industrialização.

Com o desenvolvimento dos meios de produção, houve uma separação da casa do local de trabalho, homens e mulheres passaram a se deslocar para trabalhar nas fábricas. Esse deslocamento é caracterizado por Prost como “um duplo movimento”:

Em primeiro lugar, um movimento de separação e especialização dos espaços: os locais de trabalho já não são mais os da vida doméstica. Mas essa diferenciação dos locais vem acompanhada por uma diferenciação das normas: o universo doméstico se liberta de regras anteriormente ligadas ao trabalho que ali se realizava, ao passo que o mundo do trabalho passa a ser regido não mais por normas de ordem privada, e sim por contratos coletivos (PROST, 1992, p. 21).

Antes se toda a família, de uma forma ou de outra, trabalhava conjuntamente para prover seu sustento, a partir do momento em que houve essa separação, intensificou-se a ideia de que o homem era o principal provedor familiar, mesmo que não fosse o único a abastecer a família, a renda obtida pela mulher e muitas vezes também pelas crianças, era sempre complementar, argumento que corroborava na manutenção dos baixos salários e na inferiorização destes. Segundo Prost (1992), a sujeição da mulher ao homem estava muito mais ligada aos costumes do que as tarefas domésticas realizadas, já que anteriormente o trabalho produtivo pertencia a esta esfera, contudo com a nova acomodação do espaço produtivo desfaz-se os laços conjugais de trabalho, as tarefas domésticas relegadas agora somente a mulher ganham um sentido depreciativo, enquanto as realizadas pelo homem no ambiente público, maior valor e dignidade.

Mesmo existindo paralelamente outras unidades laborais, principalmente nos meios de produção rural, onde a unidade familiar ainda possuía configurações preexistentes, esse descolamento trouxe mudanças substanciais para a posição da mulher e também para a reconfiguração da relação econômica estabelecida no interior da família, trazendo “consigo, logicamente, um padrão de divisão sexual-econômica. Para a mulher, isso significava que seu papel de gerência doméstica tornava-se sua função primordial, especialmente em casos em que os ganhos familiares eram irregulares ou escassos” (HOBSBAWM, 1988, p. 177).

Entre meados do século XIX e início do século XX, vê-se delinear de forma mais clara as mudanças ocorridas em consequência da nova estruturação do sistema econômico, onde as relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista davam forma a uma sociedade urbano-industrial. O gradual declínio das unidades de produção doméstica e o avançar das unidades industriais, bem como a formação social capitalista, não extinguem formas de organização do trabalho estabelecidas anteriormente, elas coexistem, mesmo que não mais como modos de produção vigentes.

Nas sociedades pré-capitalistas, como foi salientado, a mulher possuía relevante participação no sistema produtivo, e assim grande importância econômica, mesmo que social e politicamente fosse colocada em posição inferior ao homem. Porém,

no processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina, e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65).

Dessa maneira, este modo de produção impõe à mulher inúmeras barreiras, dispensando-lhes posições subalternas e, por vezes, degradantes. Como é colocado por Heleieth Saffioti, em toda passagem de um modo de produção a outro há um ônus a ser pago por partes da sociedade, no modo de produção capitalista torna-se bem definida a exploração econômica de uma classe por outra. O processo de industrialização além de desalojar um grande contingente de indivíduos do campo, fez com que o trabalhador rural ou aqueles ligados a fabricação doméstica, perdessem sua independência em relação aos meios de produção, levando-os ao assalariamento por meio da venda da sua força de trabalho a grupos cada vez menores de indivíduos que possuíam capital e assim, os meios de produção. “É evidente que, para o produtor independente, o processo de proletarização (assalariamento) envolve perda de status” (SAFFIOTI, 2013, p.67), fato que atinge tanto homens quanto mulheres, pois ambos passam a serem explorados, mesmo que em diferentes níveis.

Não obstante, este sistema se vale da “tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população” (SAFFIOTI, 2013, p.66), na qual o sexo, há muito usado como fonte de inferiorização social da mulher, se estabelece como fator importante na configuração de classes sociais, corroborando na manutenção e aperfeiçoamento de um modelo social que estimula a competição e a sobreposição de uma classe à outra. O sistema capitalista vai se constituindo de forma a tirar proveito da posição de aviltamento e submissão feminina, seja através dos baixos salários, muito inferiores aos dos homens, seja das longas jornadas de trabalho. Saffioti é ainda assertiva ao colocar que

a elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. [...] A inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher

desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial (SAFFIOTI, 2013, p.67).

Como se percebe, os fatores econômicos foram os principais norteadores das mudanças substanciais ocorridas neste primeiro momento. A explicitação aqui destas transformações ao longo do processo de industrialização e advento do capitalismo, tendo como base a reestruturação das relações familiares, estas como unidades de produção, bem como a reconfiguração social proveniente do novo modo de produção, carrega o intuito de compreender de que forma se processa a subvalorização do trabalho feminino e a marginalização da mulher em tal modo de produção. É imprescindível para isso não perder de vista que este aviltamento a que a mulher estava sujeita não é algo externamente imposto, mas sim permeia as relações entre os indivíduos, sendo estes pertencentes à mesma classe ou não. Ademais, trata-se de um longo processo de mistificação que perpassou outras formas de organização social no qual o fator sexo é usado como base para a justificação da posição ocupada pela mulher.

Entre outros fatores, a Igreja e suas doutrinas religiosas tem papel preponderante na visão da mulher enquanto indivíduo secundário nas relações sociais e de trabalho. Sua concepção da figura feminina enquanto mantenedora do lar e da prosperidade da família foi fortemente apregoada por distintas concepções no interior dessa instituição. Sua existência se justificava no interior do grupo familiar e por isso a ele devia estar confinada. Em conformidade com a lógica capitalista, a Igreja tentou preservar o *statu quo* opondo-se à inserção da mulher ao âmbito público, fomentando a ideia da sua dependência econômica em relação ao homem. Utilizando de grande refinamento das técnicas sociais de coerção, as doutrinas religiosas impunham dificuldades de toda ordem a ampla integração da mulher à sociedade. As mudanças no terreno religioso acontecem de forma lenta e são, na maioria das vezes, muito pontuais, como é explicitado por Saffioti, a cada Papa uma nova diretriz era estabelecida, alguns poucos viam com simpatia a busca da mulher pela igualdade salarial ou até mesmo o seu reconhecimento como “pessoa plena de dignidade, consciente de seu dever em conquistar legitimamente seu lugar de ser humano na sociedade” (2007, p.157), mas sem deixar de ressaltar o seu dever com a família e sua permanência, sempre que a condição permitir, no lar.

De forma suplementar, a ideologia naturalista – seu pressuposto básico se trata da caracterização biológica do ser, ou seja, homens e mulheres como seres inaptos a determinadas funções e propensos a outras, esta carregando sempre características que se ligam ao cuidado com a prole, a administração do lar e etc. – que vigorou durante muito

tempo, também foi bastante eficaz e legitimou a divisão entre trabalhos destinados ao homem e a mulher<sup>5</sup>, caracterizando assim, as esferas de trabalho como produtivo e reprodutivo, vinculando este a figura feminina e aquele, tido como de maior valor social, à figura masculina. Essa dissociação não ocorre de forma esquemática, já que ambos os sexos transitam pelas duas esferas, cada uma delas regidas internamente pela mesma divisão sexual, bem como sua hierarquização, lhes atribuindo valores distintos.

Estes princípios de separação e hierarquização nortearam a chamada divisão sexual do trabalho<sup>6</sup>, que segundo Danièle Kergoat e Helena Hirata, estudiosas do tema, se apresenta em todas as sociedades humanas conhecidas, se manifestando de formas variadas. Ressaltam ainda que tais práticas relacionadas ao sexo são construções sociais resultado direto das relações sociais que atravessam a sociedade, se impondo tanto no ambiente da reprodução quanto da produção, estabelecendo em ambos uma relação de poder (2009, p.599). Partindo dessa concepção, as autoras fomentam a ideia de que a dimensão sexuada que permeia as relações sociais entre os sexos não podem ser cindidas das relações de classe, pois

as relações sociais de sexo são transversais para toda a sociedade e dinamizam todos os campos do social. A dinamização de uma esfera (classes sociais, produção) não pode deixar de ter efeito sobre a dinâmica de outra. Tal afirmação redundante em denunciar o postulado (quase sempre implícito) segundo o qual essa relação social só se exerce em determinado lugar. Na realidade relações de classe e de sexo organizam a totalidade das práticas sociais em qualquer lugar que se exerçam (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 96).

Partilhando da visão das duas autoras, entendemos que relações de poder e exploração entrecruzam a sociedade, onde os segmentos econômicos, políticos e ideológicos jamais podem ser vistos de forma isoladas, eles se inter-relacionam. Assim, as relações de sexo e classe também não poderiam ser analisadas em dissociação, pois estão emaranhadas na composição social, e devem sempre ser entendidas como uma construção histórica, estando os indivíduos devidamente situados no tempo e espaço.

---

<sup>5</sup> Se faz necessário esclarecer que no sistema de produção capitalista há uma intensificação da distinção do trabalho entre os sexos e a subvalorização de determinadas funções em detrimento de outras, não querendo dizer que tal divisão não existisse, em determinada medida, em outras formações sociais, como foi exposto de forma breve anteriormente, mas sempre legitimada pela ideologia naturalista.

<sup>6</sup> Não é o intuito desta pesquisa adentrar a discussão acerca da divisão sexual do trabalho, os debates a respeito ou mesmo percorrer sua construção histórica, porém para que se compreenda o objeto de análise, se fez necessário delinear, ainda que de maneira sucinta, os aspectos centrais. O tema pode ser melhor estudado em Hirata (2002; 2007) e Kergoat (2007; 2009). As autoras ampliam as perspectivas sobre o trabalho e rediscutem a questão da divisão sexual, ao incluírem em seus estudos o trabalho doméstico, o não remunerado e o informal, além de historiciza-la.



No caso do modo de produção capitalista, faz-se de extrema importância compreender os processos e mecanismos que regem a sociedade para a análise do lugar ocupado pela mulher, assim como as relações estabelecidas e suas especificidades.

A composição social delineada pelas transformações ocorridas durante o século XIX nos apresentou também as mulheres das classes médias e as operárias. As nuances que as caracterizam não se sobrepõem de modo algum ao fato de se tratar de um contingente subvalorizado e marginalizado enquanto trabalhadoras e pertencentes ao sexo feminino. Todavia, é essencial buscar entender quem foram essas mulheres e como a posição social ocupada influenciou em suas determinações ideológicas e, conseqüentemente, em sua militância junto aos movimentos femininos e operários.

## 2.2 TRABALHADORAS E MILITANTES

Na primeira fase da Revolução Industrial o setor têxtil foi o que mais empregou mulheres, tanto nas fábricas quanto nos ateliês, onde o trabalho realizado não necessitava de qualificação, se reduzia a gestos simples e repetitivos, mas devido às péssimas condições de trabalho e a precariedade do maquinário o número de acidentes era elevado. Vários estudos evidenciam o alto grau de exploração dos trabalhadores das indústrias no decorrer do processo de consolidação do sistema capitalista, mas no que se refere ao uso da mão de obra feminina há um agravamento quanto à condição de abuso cometida pelos proprietários e até mesmo pelos encarregados da fiscalização do trabalho.

As jornadas são muito longas: até 14 horas no começo da industrialização, 10 horas por volta de 1900. Havia poucas pausas. Os locais são desconfortáveis, mal arejados, mal aquecidos ou superaquecidos, sem espaços livres: sem refeitórios, as operárias comem sua marmita no local de trabalho entre os teares cheios de graxa; não havia vestiários; ir ao toalete é um problema, pois se pensa que elas vão para lá para fumar, tagarelar e perder tempo. A disciplina é severa; as multas por atraso, ausência ou negligência, são recorrentes, reduzindo os magros salários. E também um trabalho humilhante. Contramestres e fiscais fazem o que querem em seu relacionamento com as jovens. O assédio sexual era um dos motivos de greve (PERROT, 2007, p. 120).

Havia ainda um grande contingente de mão de obra feminina nas indústrias alimentícias, químicas e nas manufaturas de tabaco. Nesta, a perspectiva de carreira era diferenciada em relação aos outros ramos e possuía maiores incentivos em relação a aposentadoria. Já nos ramos onde era exigida uma maior qualificação as mulheres eram escassas, como por exemplo, construção, mecânica, metalúrgica e, principalmente, nas

gráficas, por encontrarem forte resistência dos operários masculinos que consideravam a contratação feminina desvalorizadora de uma tarefa tão nobre (PERROT, 2007, p.120).

Esse quadro tendia a mudanças conforme a conjuntura, como por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando as mulheres acabaram por ocupar cargos em alguns setores, não muito comuns a elas, em virtude do deslocamento dos trabalhadores para os campos de batalhas, e logo após a Segunda Guerra, nos anos 1940, com o despontar das novas indústrias. Porém, essas mudanças na acomodação das mulheres nas indústrias, independente do segmento, sempre foram muito instáveis, pois ao mesmo tempo em que os momentos de guerra requisitavam mão de obra feminina, chegando a promover facilidades àquelas casadas e com filhos, nos momentos de calma tais facilidades eram retiradas, assim como em períodos de recessão, posteriores às guerras, nos quais, com a baixa no número de empregos, os homens eram escolhidos em detrimento das mulheres (SAFFIOTI, 2013, p. 80).

O grau de industrialização de determinados países acarreta maior desenvolvimento dos seus setores secundários e terciários, o que interfere de modo direto na absorção da mão de obra feminina, pois surgem novos postos de trabalho, como os de secretárias, atendentes, entre outros, estes tidos como “trabalhos femininos”<sup>7</sup>. A abrangência destes cargos beneficiava principalmente as mulheres dos estratos médios da sociedade que possuíam certo nível de escolarização e, em menor medida, as filhas de operários e até mesmo de camponeses (HOBBSAWM, 1988, p.179). Ao buscar tais ocupações um número considerável não possuía pretensão de uma carreira ou perspectivas de crescimento profissional, na maior parte das vezes eram encaradas de forma provisória, enquanto aguardavam o casamento, além de serem cargos que denotavam certa respeitabilidade, mesmo ocupando posições subalternas e sendo mal remuneradas.

A todas essas mulheres, independente de qual classe pertencessem ou em que tipo de trabalho estavam alocadas, sua maior liberdade era a de vender sua força de trabalho, pois como expomos, no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, as diferenças já existentes entre homens e mulheres foram intensificadas. Da mesma forma que a economia se masculinizou, usando as palavras de Hobsbawm (1988), há também uma masculinização da política. O alargamento das liberdades proferidas pela ideologia liberal, não chegou a atingir as mulheres, haja vista que os direitos de cidadania lhes eram sistematicamente negados independente da classe. Com os espaços do público e do privado

---

<sup>7</sup> Ver de forma mais detalhada em PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

muito bem demarcados, na esfera política a mulher não possuía ressonância, como discorre o autor:

À medida que a democratização avançava e o direito de voto — local e nacionalmente — era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas. A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafés onde os homens se juntavam ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres permaneciam confinadas à parte privada e pessoal da vida, para a qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (ou assim se argumentava). Na era dos partidos e das eleições gerais, empurraram-nas para o segundo plano. Se exerciam alguma influência, era apenas por meio de seus homens (HOBBSAWM, 1988, p.178).

No entanto, não havia uma apatia e condescendência generalizada por parte das mulheres. Em determinados períodos há uma movimentação por parte destas em negar a marginalização social e política a que eram relegadas, como já havia ocorrido durante a Revolução Francesa, por exemplo, onde houve uma expressiva participação da figura feminina se posicionando pelo controle dos preços dos alimentos, ou mesmo, em casos isolados, levantando pautas mais radicais, como a ampliação das liberdades conferidas exclusivamente aos homens<sup>8</sup>. Michelle Perrot relata como a chamada “crise da carestia”, por volta de 1910, mobiliza as mulheres a protestarem contra os preços abusivos sobre os produtos alimentícios.

Tais motins eram bastante numerosos no período que compreende o século XVII e meados do século XIX, posteriormente essa projeção da mulher à vida pública se arrefece, a autora pondera – mesmo que de forma simplista – que, entre outros motivos, “a regulação do mercado acarreta a regressão, e mesmo o desaparecimento, dessa forma de intervenção das mulheres. Com isso, elas desaparecem das ruas” (2007, p.148). Ainda salienta o papel simbólico que a figura feminina passa a ter nas manifestações operárias de então, – posto que as reivindicações, em sua grande maioria, objetivavam ganhos ligados ao assalariamento industrial, havendo certo distanciamento dos horizontes femininos – figuram ao lado dos maridos operários apenas demonstrando apoio e acentuando seu papel familiar.

O recuo das mulheres em relação a sua mobilização, acreditamos está vinculado também a fatores ideológicos de ordem social e religiosa, como salientamos anteriormente, através de mitos justificadores da marginalização e opressão feminina, muito bem

---

<sup>8</sup> Heleith Saffioti discorre sobre um fato interessante: “Em 1789, Olympe de Gouges imprime as reivindicações femininas um caráter eminentemente político: propõe a Declaração dos Direitos da Mulher, análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia Constituinte Francesa no mesmo ano. É a abolição dos privilégios masculinos que ela pretende. Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão, cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas” (2013, p. 161).

implementados por meio das teorias naturalistas, acentuaram a ideia de que as mulheres eram naturalmente frágeis e pouco hábeis a desenvolver atividades produtivas, ligando-as ao trabalho doméstico e a socialização dos filhos, ou seja, ao ambiente privado, afastando-as da esfera pública.

Todavia esse movimento de retração não é permanente e nem mesmo generalizado, atingiu em dado momento de forma mais significativa as mulheres das camadas inferiores, havendo neste contexto aquelas, principalmente as pertencentes aos estratos médios da sociedade, que adotaram uma postura contestadora no intuito de desacreditar tais mitos justificadores. Nos anos finais do século XIX vemos um movimento de mulheres imbuídas da ideologia burguesa liberal, se articularem em prol da ampliação dos direitos civis, objetivando o voto e maior acesso à educação, se tornaram por isso conhecidas como “sufragistas”. O movimento feminista tal como é evidenciado inicialmente não era muito abrangente e possuía uma pauta de reivindicações muito restrita, mas ainda assim contribuiu significativamente para as lutas futuras, como veremos adiante.

Cabe destacar, que essa projeção feminina das camadas médias tem relação direta com as transformações das novas condutas adotadas pela classe burguesa. Pois a ociosidade que se presava era um custo alto àqueles que não tinham tanto dinheiro quanto gostariam para mantê-la. Além disso, o casamento era uma forma de deixar de ter responsabilidades financeiras com suas filhas, mas este era cada vez mais retardado. Por assim ser, as novas perspectivas de atividades que não somente o trabalho doméstico e certa independência em relação ao casamento são apoiadas pelos pais dessa classe, assim como os investimentos em uma educação formal, já que empregar e qualificar suas filhas para os novos cargos dos ditos “trabalhos femininos” era uma maneira bastante eficaz de manter a respeitabilidade da família e controlar os gastos que era manter jovens mulheres inativas. Tudo isso colabora, de certo modo, para uma determinada liberdade feminina e, conseqüentemente seu interesse nos movimentos ligados às mulheres de então.

Vemos essa expressão feminina delinear os contornos do movimento feminista. Através do percurso feito por Saffioti em *A “solução” feminista*<sup>9</sup> (2013), a autora amplia nossa visão a respeito da dimensão do movimento feminista em sua fase conhecida como sufragista – que para ela tem seu estopim com a exclusão das mulheres do decreto que instituiu o sufrágio universal, em 1848 na França – e como este, em diferentes localidades, alimenta a esperança das mulheres no tocante ao reconhecimento social e político. Mesmo tendo resultados

---

<sup>9</sup> Capítulo integrante da terceira parte da obra *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*.

negativos nesta época, o movimento feminista francês avança, não se deixando enclausurar apenas na questão do sufrágio das mulheres. Muitos jornais, como por exemplo, o *La Voix des Femmes*, denunciam a condição de miserabilidade econômica em que vivem as operárias. Mas mesmo havendo uma proliferação das associações femininas, “o feminismo continua, todavia, intrinsecamente fraco em virtude das dimensões intestinas, dividindo-se e perdendo forças como uma decorrência normal da interferência da solidariedade de classe” (p.167). Ainda assim vai, paulatinamente, realizando conquistas pontuais no que tange a participação política feminina, como estarem aptas por lei a testemunhar em processos e, logo após, em 1919, a obtenção do apoio da Igreja à causa, por meio do Papa Bento XV e outras figuras religiosas. Mas apenas em 1944 a mulher na França teria direito a se eleger e ser elegível. Na Inglaterra, no entanto, havia certa apatia por parte das mulheres de se organizarem em prol de uma maior participação política, no intuito de contestarem a legislação bastante restritiva, e até mesmo no tocante às reivindicações operárias não havia contestação pela igualdade aos homens da sua classe. As mulheres dos estratos médios que se lançam na luta por melhores condições de educação, trabalho e liberdade política, entretanto, “imbuídas da mentalidade vitoriana”, como é salientado pela autora, faz com que o desenvolvimento feminista ganhe contornos radicais, principalmente quanto à segregação sexual, o que dificultava muitas vezes a adesão de mulheres e homens ao movimento. Entre momentos de retrocesso e avanço, mas sempre prezando pela utilização de táticas diretas e conflituosas, o movimento feminista na Inglaterra consegue a democratização do sistema eleitoral e seu direito ao voto em 1928. Diferentemente de outras localidades, nos Estados Unidos foi “a estrutura escravocrata da sociedade americana que iria mobilizar contra si alguns contingentes femininos, o que teve sérias consequências sobre o modo de a mulher encarar sua própria condição” (p.177). Saffioti expõe que as mulheres americanas que se mobilizam em defesa da causa antiescravista acabam por tomar consciência da sua posição social, por encontrarem dificuldades até mesmo de engajar-se no movimento abolicionista, e por isso se movem no sentido de criar a Proclama dos Direitos da Mulher, a qual denuncia a rejeição da participação feminina na elaboração das leis e exige uma educação de qualidade para que tenham oportunidade de inserção na vida pública. A conquista pela causa maior que as norteavam, participação política, direito ao voto, tendo a causa abolicionista como veículo para tal, passou por grandes percalços e se estendeu por longos anos, sendo adquirida em 1918. Em outras partes da América e outras localidades tidas como subdesenvolvidas, esse direito às mulheres só seria concedido posteriormente.

No entanto, é na Alemanha que vislumbramos o feminismo tentar forjar seus laços com o socialismo na busca por um caráter mais abrangente da luta pela emancipação da mulher, mesmo que muitas vezes de forma controversa, ruidosa e por fim, segundo expõe Heleieth Saffioti, sem sucesso. Através dos esforços da militante revolucionária Louise Otto Peters foi criada, em 1865, a Associação Geral das Mulheres Alemãs, cujos pressupostos básicos se tratavam do direito ao trabalho e à educação a todas as mulheres independentes de sua classe. Visava imprimir ao feminismo de então um caráter nacionalista, onde as mulheres tivessem a possibilidade de inserção em todas as esferas da sociedade alemã e assim promovessem sua unificação. Porém, ao vincular a opressão feminina à exploração do proletariado foi gerada uma ruptura no interior do movimento, resultada pela mentalidade pequeno-burguesa que o norteava.

Outros esforços foram engendrados por Ferdinand August Bebel, fundador e líder respeitado da social-democracia alemã, no tocante a igualdade entre os sexos. Em sua obra *A mulher e o socialismo*, de 1879, levantava a discussão sobre a libertação da mulher através da destruição da sociedade de classes<sup>10</sup> e explicitava a incompatibilidade entre um “feminismo autônomo” e aquele que mirava a transformação do capitalismo, aprofundando ainda mais as diferenças entre estes. Bebel ainda foi perseverante defensor dos direitos da mulher – chegando a apresentar uma proposta à Convenção de Gotha – diante da negativa do partido socialista em promover a igualdade entres os sexos, alegando que a mulher estava despreparada para tal, e recusando assumir uma posição feminista. Segundo Saffioti,

se, de uma parte, a posição puramente feminista é, em si própria, contraditória, de outra a posição do partido socialista alemão revela uma deformação pequeno-burguesa. Como a exploração dos recursos oferecidos pelas sociedades de classes para a solução dos problemas por ela gerados pode operar, meramente, como uma etapa de uma luta mais ampla, cujo objetivo seja a substituição de uma estrutura social por outra, a atitude assumida pelo partido em questão se mostra negativista e improdutiva. E não se tratava, certamente, de um receio de cair numa falsa posição feminista, porquanto o feminismo ganha sentido como um item num programa mais vasto e mais profundo de mudanças sociais. Se Bebel, Lenin e outros

---

<sup>10</sup> No capítulo *A mulher no futuro*, Bebel adverte: “A mulher será completamente independente, no aspecto econômico e no social, não conhecerá sequer a sombra de domínio ou de exploração. Será livre, igual ao homem e senhora do seu destino. Será educada como ele, salvo nos casos em que é incontestável a diferença de sexos. Vivendo em condições naturais, ela poderá desenvolver as suas forças físicas e intelectuais conforme as suas necessidades; terá toda a liberdade para escolher a esfera de atividade que melhor corresponde aos seus anseios, inclinações e dotes e trabalhará em condições de igualdade com o homem. (...) A completa emancipação da mulher e a sua igualdade com o homem constituem um objetivo do nosso desenvolvimento cultural e não há força no mundo capaz de impedi-lo. No entanto, a emancipação completa só é possível na base de uma viragem radical, que ponha fim ao domínio do homem sobre o homem e, assim, ao capitalismo sobre o operário. Só então a humanidade atingirá o seu mais alto grau de desenvolvimento. Será então o “século de ouro”, com o qual os homens sonham há milênios. Ter-se-á acabado para sempre com o domínio de classe e assim se terá chegado ao fim do domínio do homem sobre a mulher” (BEBEL, 1879).

puderam defender os direitos femininos sem correr o risco de elevar à categoria de contradição fundamental a uma contradição secundária, o feminismo poderia ter encontrado sua verdadeira posição dentro do socialismo alemão (SAFFIOTI, 2013, p. 187).

Somente em 1891, depois de passar por uma forte retração involuntária devido a supressão das organizações socialistas engendrada por Bismark, o Partido Social-Democrata se posicionou a favor da igualdade de direitos entre os sexos. Algumas figuras femininas tiveram grande expressão, não só na sociedade alemã, como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, dentre outras revolucionárias e teóricas do marxismo, cujas contribuições na luta contra a opressão do individuo na sociedade de classes são imensuráveis, assim como seus trabalhos de educação e conscientização em prol da emancipação feminina atrelada a um programa mais amplo de transformação integral da sociedade capitalista.

As conquistas femininas na Alemanha foram alcançadas de forma gradual. Aos poucos as mulheres foram se inserindo em campos tidos especificamente como masculinos, principalmente durante a Primeira Guerra quando tiveram, de diversas formas, participação ativa, alcançando o direito ao voto logo após o final do conflito. Todavia, há também momentos de retrocesso com a implantação do nazismo, por exemplo, atestando “como as conquistas femininas são frágeis nas sociedades de classes; esfumaçam-se ao sabor dos ventos ideológicos, das crises econômicas, das políticas demográficas” (SAFFIOTI, 2013, p. 189).

É possível perceber que a propagação do ideário feminista, e também da abertura política às mulheres, durante meados do século XIX e início do XX, possuía forte vínculo com o desenvolvimento do capitalismo, já que, ao necessitar de uma mão de obra minimamente qualificada para o exercício laboral, tal modo de produção possibilita a mulher proletária um aumento do seu grau de instrução, bem como a de outros estratos sociais, que impelidas pela conquista do *status* da classe a qual pertenciam, era incitada a elevar seu nível educacional. Houve notável crescimento nos estabelecimentos de ensino secundário para meninas, principalmente na França e Inglaterra, estas prolongavam seus estudos chegando a superar o número de rapazes após os 16 anos. Já nos EUA, na Suíça e na Rússia czarista, o número de mulheres se destacou no ensino superior, as universidades recebiam grande contingente feminino desde a década de 1860 (HOBSBAWM, 1988, p.181). Assim, a maior inserção da mulher no processo produtivo atrelada a maior possibilidade de acesso à educação, em diferentes níveis dependendo da classe a qual pertencesse, contribuiu de forma decisiva para fomentar o levantamento de questões a respeito da sua condição como mulher e

sua posição na sociedade, desacreditando, assim, os mitos justificadores da marginalização feminina.

Neste sentido, temos conhecimento dos esforços engendrados por algumas estudiosas como é o caso da antropóloga cultural Margaret Mead, cuja obra *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*<sup>11</sup>, de 1935, buscava observar como funcionava a complementaridade entre homens e mulheres em dadas sociedades questionando a desigualdade atribuída aos sexos na sociedade de então e também *O Segundo Sexo*<sup>12</sup>, obra escrita pela filósofa francesa Simone de Beauvoir em 1949, onde buscou desmistificar o determinismo biológico que regia a opressão social da mulher, argumentando que tal opressão se tratava especificamente de uma construção social. Tal obra teve forte ressonância em diferentes meios, principalmente nos intelectuais e políticos, estando envolta em polêmicas de toda ordem e duras críticas<sup>13</sup>.

Caracterizamos o momento inicial de lutas femininas como movimento feminista por assim ser denominado pelos autores aqui utilizados, mesmo estando cientes que do século XVIII ao XIX não existia grande articulação ou coesão entre os grupos que levantavam uma pauta a favor das mulheres. São muitos os trabalhos que apontam a década de 1960 como o um marco do movimento feminista<sup>14</sup>, pela conjuntura sócio-política favorável, salientando que a partir desse momento o movimento se impõe como uma tendência teórica, novidade no campo acadêmico, capaz de uma leitura mais crítica da realidade social da mulher, e o questionamento dos pressupostos epistemológicos que guiavam os saberes<sup>15</sup>. Além disso, é um momento marcado pela elaboração de novas teorias, onde os indivíduos figuram na sociedade como seres que desempenham papéis e funções sociais, parte daí as primeiras formulações e articulações sobre o termo gênero que, mesmo mudando de perspectiva ao longo do tempo, se tornou discussão central no movimento feminista.

Quando, na década de 1880, o movimento operário e socialista emerge como movimentos de massa de alcance internacional, atraía massas de trabalhadores pela clareza e

<sup>11</sup> MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1935.

<sup>12</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

<sup>13</sup> Ver mais em CHAPERON, Sylvie. Auê sobre O Segundo Sexo. **Dossiê Simone de Beauvoir. Cadernos Pagu, Campinas, n. 12, 1999.**

<sup>14</sup> Não é nossa pretensão aqui adentrar o debate acerca das concepções e estratégias das diversas correntes feministas que vieram a se formar ao longo do tempo, nem mesmo nos aprofundarmos, para além dos nossos objetivos, sobre as divergências e cisões no interior do movimento, apenas explanaremos de modo sucinto como este veio a se compor inicialmente, a fim de compreendermos como se deram as lutas das mulheres por meio do feminismo, quais foram os ganhos e como ele modificou a posição da mulher na sociedade capitalista, além da sua relação com a causa socialista e o movimento operário.

<sup>15</sup> SILVA, Tânia Maria Gomes. *Trajatória da Historiografia das Mulheres no Brasil*. Revista Politéia: História e Sociedade, v.8, n.1, p. 223-231, Vitória da Conquista, 2008.



simplicidade do seu forte apelo, a maioria dos partidos estavam imbuídos da doutrina marxista, que por vislumbrar uma profunda mudança na sociedade libertando os trabalhadores da exploração desmedida, penetrava facilmente no meio operário. Não se tratava de uma massa homogênea que possuía uma consciência única, esse contingente operário se diferenciava entre si por vários fatores, como geográficos, sociais, religiosos e etc, até mesmo a economia industrial em desenvolvimento criava realidades distintas. Muitos debates foram e ainda são travados em torno dessa questão. Mas o que nos é importante apontar aqui é que nesse crescente movimento de trabalhadores e sua agremiação em torno dos novos partidos, as mulheres não são vistas ocupando tais espaços, salvo poucas exceções,

durante a década de 1890 não mais do que 50 mulheres (ou 2 a 3%) eram membros do reconhecidamente pequeno *Parti Ouvrier Français*. Quando recrutadas em maiores números, como na Alemanha, após 1905, o eram principalmente como esposas, filhas ou mães de socialistas. Antes de 1914 não havia equivalente ao, digamos, Partido Social Democrata Austríaco de meados da década de 1920, do qual 30% dos membros eram mulheres; ou ao Partido Trabalhista Inglês da década de 1930, do qual aproximadamente 40% dos membros individuais eram mulheres; embora na Alemanha a percentagem delas já fosse substancial. A percentagem de mulheres organizadas em sindicatos permaneceu consistentemente baixa: era desprezível em 1890 (a não ser na Inglaterra), normalmente não mais de 10%, em 1900 (HOBBSAWM, 1988, p.186).

A inserção da mulher no movimento operário, nos países ocidentais, não ocorreu de maneira tranquila, suas pautas específicas muitas vezes não eram absorvidas pelo movimento. Como dissemos anteriormente, assim como a economia, a política ainda se encontrava profundamente masculinizada, apesar das conquistas femininas e dos avanços sinalizados no terreno da igualdade de direitos. Sendo o movimento operário composto em sua maioria por homens, tinha em sua base uma concepção marginalizadora e depreciativa do papel da mulher. Hobsbawm descreve bem a distância e o enclausuramento que os movimentos operários e socialistas relegavam as mulheres.

Dentro dos movimentos socialistas e operários, as mulheres eram incentivadas a concentrar-se em seu próprio sexo, e muitas feministas socialistas realmente assim o fizeram, não apenas porque a exploração das mulheres trabalhadoras exigia, obviamente, ação, mas também por haverem descoberto a necessidade de lutar pelos direitos e interesses das mulheres dentro de seu próprio movimento, a despeito do seu compromisso ideológico com a igualdade. Pois a diferença entre uma pequena *avant-garde* de militantes progressistas e revolucionários e o movimento operário de massas era que este último consistia primordialmente não apenas em homens (apenas em virtude de o grosso dos assalariados e, mais ainda, da classe operária organizada, ser de homens), mas de homens cuja atitude para com as mulheres era tradicional e cujos interesses, como sindicalistas, mandavam excluir do trabalho masculino os competidores mal pagos. E as mulheres eram a forma quintessencial do trabalho mal pago. Contudo, no interior dos

movimentos operários, estas questões eram emudecidas e, até certo ponto, contornadas pela multiplicação das organizações femininas e dos comitês do interior destes, especialmente após 1905. (HOBSBAWM, 1988, p. 190).

A participação feminina em associações e sindicatos de trabalhadores, nos anos finais do século XIX, girava em torno de 10%, aumentando lentamente, havia certa resistência por parte dos seus companheiros e em muitos o direito a fala era controlado, na França, em dado momento, alguns sindicatos eram hostis até mesmo ao trabalho da mulher. Mas ainda assim, os movimentos de cunho revolucionário ofereciam as mulheres que não se sentiam atraídas pela causa especificamente feminina novas perspectivas, pois além de lhes oferecerem possibilidades de uma mudança profunda da própria realidade, abriam as portas para o ambiente público, bem como os sindicatos, e principalmente as associações, que por mais conflituosas que fossem as relações ali estabelecidas e as restrições a que as mulheres eram submetidas, se caracterizavam como espaços de sociabilidade e solidariedade.

Se o movimento feminista em si era visto como restritivo, se tratando de reivindicações e classe, pelo movimento operário, em contrapartida começava a se tornar nítida a necessidade de incorporação da massa de mulheres trabalhadoras à causa proletária. Apesar de se manter durante algum tempo como um ambiente conflituoso no que tange sua relação com as causas femininas e a posição da mulher, o movimento operário, como visto, não se desenvolve de forma homogênea, nem mesmo se constitui com as mesmas características, tendo lugares em que essa necessidade é percebida e avaliada. Na Alemanha, por exemplo, apesar da incisiva recusa do partido socialista em acolher as reivindicações das mulheres, em determinado momento abre espaço para elas, como feito em 1891, incorporando um grande contingente de mulheres, como é exposto por Rosa Luxemburgo em seu texto *Direito de voto das mulheres e luta de classes* :

hoje [1912] o movimento proletário das mulheres na Alemanha está bastante desenvolvido. Mais de 150 mil trabalhadoras sindicalmente organizadas formam as tropas centrais do proletariado economicamente lutador. Dezenas de milhares de mulheres politicamente organizadas reúnem-se em torno da bandeira da social-democracia; o periódico feminino da social-democracia já conta mais de 100 mil assinantes; as reivindicações pelo direito ao voto das mulheres encontram-se na ordem do dia da vida política da social-democracia (LUXEMBURGO, 2011, p.443).

Neste mesmo relato a autora mostra sua clareza a respeito da condição da mulher na sociedade capitalista, avaliando a subvalorização do trabalho feminino e a posição de exploradas que as incumbem, tendo como ponto central a necessidade dessa massa de mulheres que compõe o proletariado alemão se levantar em prol do direito ao voto e da

igualdade política, os quais, segundo ela, “é apenas uma expressão e uma parte da luta geral de libertação do proletariado” (LUXEMBURGO, 2011, p.444).

A turbulenta inserção das mulheres nos partidos políticos, ou no movimento operário de modo geral, pela via sindical ou através de associações, bem como a incessante recusa pelas questões femininas, levantadas pelo movimento feminista em si, ou mesmo as pautas defendidas por aquelas que já integravam o movimento proletário, torna evidente a posição subalterna que a mulher ocupava na sociedade de então. O capitalismo por meio das suas demandas, ao requisitar as mulheres, acabou por proporcionar a elas maior abertura a vida pública, ao passo que acentuou também, em grande medida, a subvalorização da sua mão de obra no sistema produtivo, acarretando sua marginalização social. Contudo, a força empregada pelas mulheres na luta pela obtenção dos seus direitos políticos e econômicos, e seu veemente confronto diante de um discurso que legitimava a desigualdade entre os sexos e naturalizava sua submissão, provocaram mudanças substanciais na realidade. Um longo e tortuoso caminho foi percorrido até as mulheres conquistarem seu espaço como militantes e obterem certa ressonância nos movimentos sociais e políticos.

### 2.3 A FIGURA FEMININA NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

A passagem do século XIX ao XX no Brasil é marcada por mudanças políticas e socioeconômicas acarretadas, em grande medida, pela reestruturação do Estado e, virtude da desagregação do regime servil e do fim da monarquia imperial. A expansão do sistema capitalista também ressoa na estruturação da sociedade brasileira, caracterizando o processo de industrialização, acrescido do gradativo desenvolvimento dos centros urbanos. Apesar da agricultura ainda se constituir como atividade basilar da economia durante o regime republicano, surgem novas formações sociais ligadas a uma realidade urbano-industrial, assim como novas demandas para a organização de um Estado nacional. Como é bem colocado por Angela Maria de Castro Gomes,

a construção de um novo Estado idealizado por atores sociais tão diversificados não poderia suscitar rapidamente um amplo consenso, por isso o período inicial do experimento republicano pode ser entendido como o da busca da definição de seus próprios contornos. As crises sucessivas – políticas, econômicas e sociais – que pontuam as duas primeiras décadas da República denotam a vivência do sentimento de permeabilidade do regime, e, mais que isso, de que o poder não estava ocupado (GOMES, 2005, p.35)

Neste quadro social se encontram delineadas, de modo geral, uma oligarquia agrária como classe dominante, caracterizando os interesses capitalistas, em inteira harmonia com os interesses do Estado, e elo de ligação ao capitalismo internacional; uma burguesia voltada inicialmente para o comércio e posteriormente para a indústria e finanças; por fim, trabalhadores ligados as mais diversas atividades do comércio e semitrabalho urbanos, e um crescente proletariado industrial extremamente heterogêneo<sup>16</sup>.

As análises quanto à origem e a formação do proletariado brasileiro na metade do século XIX são inúmeras e por vezes generalizadoras<sup>17</sup>, tendem a estender as experiências ocorridas no eixo econômico São Paulo-Rio de Janeiro a outras partes do país, colocando no centro de atuação estrangeiros vindos principalmente da Europa. A complexidade com que se processaram as experiências e relações de trabalho também falta coerência, “o quadro existente revela uma grande diversidade de situações, que variavam segundo a cidade ou a região, o ramo de atividade, o grau de qualificação, o tipo de relação de trabalho, etc.” (BATALHA, 2000, p.09). Há que nos atermos ao fato de não existir no Brasil uma classe operária homogênea, em dado momento ela se apresentava na região centro-sul como fundamentalmente estrangeira, porém em regiões do norte e nordeste brasileiro, por exemplo, o movimento imigratório foi insignificante, possuindo um operariado essencialmente nacional. Sendo assim a mão de obra industrial se compunha tanto de trabalhadores de origem rural, quanto de imigrantes europeus e afrodescendentes.

Buscar novas perspectivas para a compreensão da formação da classe operária brasileira, suas experiências políticas, formas de organização e ideologias norteadoras é imprescindível para não se cair equívocos generalizadores. O crescente número de trabalhos que se ocupam em pesquisar a respeito do movimento operário atentando para a sua complexidade tem contribuído de maneira significativa nesse campo de estudo<sup>18</sup>. Contudo, a abrangência de análises sobre a temática ainda não conseguiu alcançar equivalente avanço no que tange à questão do contingente feminino como força de trabalho atuante no movimento operário. A importância em se tratar da posição da mulher no contexto capitalista brasileiro e

---

<sup>16</sup>CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>17</sup>A esse respeito Aldrin Castelucci comenta: “Ao reduzir a história da classe operária nacional ao seu movimento no que hoje é o principal centro industrial e econômico da federação, esses autores obscureceram tudo aquilo que não se parecia a um padrão esquemático no qual os operários eram imigrantes estrangeiros (em geral italianos), qualificados, politizados e geralmente inclinados a apoiar o anarquismo” (CASTELUCCI, 2001, p. 10).

<sup>18</sup>BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências*. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.150.

suas lutas individuais e junto à classe se deve ao fato do tema suscitar inúmeros questionamentos dadas as distorções e silenciamentos em torno deste,

a restrição dos estudos ao movimento operário, no que se conhece, majoritariamente organizado por homens, ofuscou a presença relevante da mulher na classe operária e todas as peculiaridades das relações de gênero e suas contradições com as relações sociais de produção e de trabalho (BITTENCOURT, 2007, p. 146).

A mão de obra feminina foi utilizada nos anos iniciais do processo de industrialização no Brasil de forma intensa, juntamente com a infantil, devido ao fato de serem as únicas alternativas para a escassez de mão de obra, como é colocado por Maria Valéria Junho Pena (1981). A autora ao tentar analisar a composição e organização da classe operária brasileira enfocando os mecanismos internos de funcionamento do patriarcalismo, aponta que a formação econômica-social do Brasil, em dado momento, eliminou força de trabalho feminina, mesmo que inicialmente as mulheres tenham sido largamente absorvidas e sua presença na organização industrial definido os baixos salários de toda a classe trabalhadora. Durante o processo de industrialização, no período marcado pelo crescimento das atividades do setor secundário, a mão-de-obra masculina superou a feminina, quanto a isso a autora afirma que,

à medida que o setor industrial se expandia e que a política imigratória patrocinada pelo Estado lograva formar o proletariado urbano no Brasil, tanto as mulheres perdiam sua força na constituição da mão-de-obra fabril quanto passavam a se concentrar nas atividades que eram consideradas desqualificadas e cuja monotonia era maior (PENA, 1981, p.124).

Pena ainda sinaliza para possíveis fatores que podem ter contribuído para tal diminuição da participação das mulheres no setor fabril, como a demanda durante a Primeira República da volta das mulheres ao ambiente doméstico, a organização “racional” do processo fabril e a legislação trabalhista que, segundo ela, reforçou o papel da mulher na família monogâmica como responsável pelas atividades reprodutivas<sup>19</sup>. De todo modo, as mulheres foram marginalizadas do processo produtivo – principalmente se tratando dos setores de bens e serviços – através de justificativas baseadas nas concepções tradicionais do papel feminino.

Mesmo partindo da premissa de que as relações de poder a partir do sexo se estabelece como fundante da subvalorização do trabalho da mulher e sua marginalização social em qualquer realidade histórica, não se pode perder de vista as variâncias com que este se processa, estando intrinsecamente vinculado ao grau de desenvolvimento econômico de cada

---

<sup>19</sup> A autora analisa minuciosamente cada um dos fatores ao longo de sua obra: PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

país. Países de economia desenvolvida, tidos como centro de dominância do sistema capitalista, conseguem de diversas formas atenuar os conflitos de classe e propiciar medidas que arrefeçam a utilização do fator sexo como marginalizador feminino, algo dificultoso para aqueles de economia dependente, como o Brasil, por exemplo, que sempre esteve na sujeição das determinações daqueles países.

Com o advento da República no Brasil (1889) se desenvolveu um projeto político que visava a transformação do país em uma nação moderna e civilizada. Tal projeto contava com o empenho de vários setores principalmente a burguesia industrial, médicos, sanitaristas e filantropos. O progresso tinha horizontes europeus, de onde era importada práticas e costumes de um certo modo de vida. A medicina, em tal período, se constituía como produtora de saber capaz de ordenar todos os âmbitos sociais e vinha norteadada pelos ideais higienistas que tinham como premissa a formação de uma classe trabalhadora disciplinada e economicamente produtiva na qual o operariado e a família deviam estar em conformidade com os valores burgueses. Seu discurso no tocante à mulher girava em torno da caracterização de um ser reprodutor voltado às necessidades da família, tendo como qualidades inerentes a fragilidade, o cuidado e a delicadeza. Como destacado anteriormente, tais preceitos já vinham sendo há muito difundidos por toda Europa, e provocava forte ressonância no Brasil.

Rachel Soihet (1997) destaca que, neste contexto, há uma forte exaltação das funções tidas como essencialmente femininas, ou seja, aquelas ligadas aos cuidados com a prole e o ambiente doméstico, chegando até mesmo a serem descritas como tarefas sublimes, superiores em importância ao trabalho masculino. O intuito era demarcar os ambientes fomentando a ideia de que a mulher era de extrema importância para o bom andamento da casa e da família, sem suas habilidades essa esfera estaria comprometida. Gerou-se um discurso legitimador da marginalização feminina, pois através da separação entre os espaços do público e do privado, alocando neste as mulheres e naquele os homens, por designar ao público interesses ligados ao Estado, a política, e a economia formal, acabou por distanciar a mulher de tais questões. Tal discurso também se tornou respaldo para a subvalorização do trabalho feminino, sendo necessário a mulher deixar o lar para trabalhar na fábrica por conta da renda familiar não ser suficiente para o sustento da família, seu trabalho era caracterizado como complementar, os salários eram irrisórios e as funções designadas a elas estavam de acordo com suas capacidades e instrução.

As ideias norteadas pelo liberalismo e pelo cientificismo ressoavam na reestruturação social da sociedade brasileira e somavam-se as mudanças exigidas por essa nova estrutura que estava sendo gestada. Assim, a instrução feminina passava a ser notada como uma

necessidade. Inicialmente a Igreja foi a principal mantenedora do ensino, por estar mais apta à tarefa educacional,

nestas condições de concorrência imperfeita em que a Igreja levava extraordinárias vantagens, a mulher, elemento heterônimo econômica, social e culturalmente, formaria os grandes contingentes discipulares dos colégios religiosos que, por não serem gratuitos, marginalizavam do processo educacional amplas camadas da população nacional, repercutindo, pois, seriamente, na instrução da população feminina (SAFFIOTI, 2013 p.305).

A Igreja foi a principal beneficiadora neste processo, já que representando o pensamento conservador, pretendia manter a estrutura patriarcal e a preservação moral e social da família, através de uma educação que preparasse verdadeiramente a mulher para a maternidade, com capacidades de ensinar aos filhos seus deveres religiosos e sociais, como também o cuidado com o lar e com o esposo. Posteriormente ao ano de 1930 foram realizadas várias reformas educacionais no sentido de remodelar o ensino brasileiro, impulsionadas pelo crescimento dos centros urbanos e o desenvolvimento das atividades dos setores terciários, que exigiam certo nível de instrução. Mas apesar do significativo aumento do número de escolas, a educação formal ainda era custosa para as classes menos favorecidas (SAFFIOTI, 2013, p. 304-305).

Havia uma preocupação em manter essa mulher sob o domínio dos papéis atribuídos ao feminino, mas havia também a necessidade de reconhecimento do trabalho exterior ao lar, devido a novas formas de sociabilidade e mudanças de comportamento que estavam sendo gestadas. Ainda que muito frágil, de caráter conservador e restrita a uma pequena parcela da população, a abertura à instrução feminina juntamente com os novos postos de trabalho gerados pelo desenvolvimento da economia e o processo de urbanização, projetou em certa medida a mulher para a esfera pública e lhe apontou uma nova percepção da sua condição de subvalorização.

Tal conjuntura propiciou a ressonância dos ideais emancipatórios femininos já em voga nos países estrangeiros. Desde o século XIX havia uma movimentação, mesmo que irrisória, de mulheres insatisfeitas com as funções que lhes eram atribuídas, se expressando por meio de jornais e revistas, muitas vezes editados por elas próprias. Mas somente nas primeiras décadas do século XX, com o advento da República, começava a se delinear o que poderia ser chamado de movimento feminista brasileiro e o surgimento gradual de organizações formais que reivindicavam mudanças políticas e sociais em prol da condição marginalizadora

feminina<sup>20</sup>. Acontecimentos como a Revolução Russa, em 1917, e as duas Guerras Mundiais, caracterizaram marcos da projeção da mulher em esferas antes impensáveis e ressoaram no Brasil de forma incisiva ocasionando certas mudanças no comportamento feminino.

Como grande impulsionadora dos ideais feministas no país, encontramos a figura de Bertha Lutz, que depois de uma visita a Londres antes da Primeira Guerra Mundial, período em que o feminismo inglês se encontrava em um momento de maior radicalidade, volta ao Brasil em 1918 e passa a difundir por meio da imprensa e da tribuna as ideias feministas em vigor. Posteriormente liderou a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922 no Rio de Janeiro, que tinha como ideal norteador a obtenção dos direitos políticos às mulheres, já que se acreditava que somente através de uma maior participação política, por meio do voto, as mulheres teriam garantias legais. A FBPF teve grande alcance nacional, contando com o apoio presente da feminista norte-americana Carrie Chapman Catt (SAFFIOTI, 2013, p. 357-359).

Contudo, apesar do alcance e, de certo modo, do pioneirismo da Federação, não podemos recorrer ao erro de torna-la abrangente a tal modo a deixar de lado outras manifestações da luta contra a marginalização feminina. Como é bem explicitado em diversos trabalhos<sup>21</sup>, o movimento feminista nos primeiros anos do século XIX tinha como primordial as lutas no terreno político, não demonstrava tencionar a ruptura dos padrões sociais que prendiam a mulher a uma posição subalterna, nem mesmo a reformulação dos papéis masculinos e femininos, tanto é que “a vertente do feminismo comandada por Bertha Lutz evitou assumir posições radicais de contestação em relação aos homens, além de contribuir com a mitificação da maternidade, presente nas argumentações em prol da aquisição de direitos” (ALVES, 2015, p. 42). Refletiam os interesses e aspirações de uma classe, tendo como principais apoiadoras mulheres da classe média, sendo caracterizado como “feminismo pequeno-burguês”. Apesar da caracterização classista e da importação de medidas e concepções estrangeiras – possuíam como principais bases referenciais os grupos feministas dos países da Europa e, principalmente, os norte-americanos, de onde vinham muitas das medidas que tentavam aplicar a realidade brasileira – o movimento feminista brasileiro, mesmo não tendo obtido êxito em muitas das suas propostas e não ter conquistado a adesão de

---

<sup>20</sup> ALVES, Iaracéli da Cruz. A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Feira de Santana, 2015. Ver a forma de citação de obras que já foram mencionadas (ex: ALVES... op. cit.)

<sup>21</sup> BARDWICK, 1981; COSTA e BRUSCHINI, 1992; COLLING, 1994; PINTO, 2003



grande parcela da população feminina, desempenhou importante papel na conscientização da mulher e na possibilidade de organização pela obtenção dos seus direitos.

Sendo assim, aquelas que faziam uma leitura mais completa da realidade brasileira e possuíam uma visão mais condizente com a situação social, econômica e política da mulher no modo de produção capitalista tenderam a se alinhar com as bases ideológicas de esquerda. A respeito de tais movimentos feministas, ou movimentos femininos como muitas vezes suas militantes preferiam serem denominadas, Saffioti analisa:

O “feminismo socialista” ou simplesmente, “esquerdizante”, mesmo nas suas manifestações exclusiva ou quase exclusivamente práticas, sem pretensões teorizantes, como ocorreu no Brasil, representa inegavelmente, uma forma de consciência mais plena que seu correspondente pequeno-burguês. Assumindo uma postura altamente crítica em relação ao *status quo* capitalista, foi capaz de tomar os problemas da mulher simplesmente como uma dimensão de uma totalidade social mais rica de determinações e localizar, nestas, as que deviam merecer atenção no plano imediato (SAFFIOTTI, 2013, p. 390).

Saffioti pondera que os movimentos femininos ligados às correntes de esquerda viveram quase que integralmente de forma clandestina, o que dificultou seu processo de organização e avanço prático. Além disso, por se mostrarem carentes quanto à construção de uma base sólida pautada em uma leitura condizente da realidade brasileira – se utilizando de esquemas prontos como era comum aos movimentos mais amplos de esquerda aos quais se vinculavam – acabaram por retardar a politização da mulher brasileira.

A integração das mulheres nas associações femininas, bem como nos sindicatos ou mesmo em organizações partidárias merecem uma análise cuidadosa, posto que, como mão de obra majoritária nos anos iniciais da República esse contingente feminino contribuiu para alargar as fileiras do crescente movimento operário, entretanto muitas formas de resistência e empecilhos foram encontrados. A subvalorização e marginalização da mulher, a que tratamos, fosse como força de trabalho e indivíduo do sexo feminino, esteve fortemente presente no interior do movimento operário, ditando a posição que deveria lhe caber. O discurso, respaldado por vários setores sociais, de que a mulher possuía características predispostas que a ligavam ao ambiente doméstico, acabando por criar um distanciamento desta com os assuntos que se dirigiam a esfera pública, norteou as formas de organização e composição do movimento operário brasileiro no que tange a questão da mulher, a posicionando sempre a margem de todo o processo, recusando-lhes lideranças e se abstendo em muitos momentos de discutir e analisar questões estritamente femininas.

Pena (1981, p. 196-199) defende a ideia de que a “proteção” da mulher trabalhadora constituiu num dos eixos centrais de discussão do movimento operário socialista. Essa proteção dizia respeito a obtenção de medidas que garantissem às mulheres condições de trabalho que não colocassem em risco sua integridade física e moral, como por exemplo a proibição do trabalho noturno, a redução da jornada de trabalho e, principalmente, a exigência de uma legislação especial que garantisse a proteção do trabalho assalariado feminino ao mesmo tempo que lhe permitisse desempenhar seu trabalho doméstico. Tais medidas somadas a reivindicação de igualdade salarial entre homens e mulheres garantiam aos trabalhadores masculinos mais espaço no mercado por eliminarem uma competição que julgavam prejudicial, posto que tornava a contratação da mão de obra feminina inviável, acarretando a eles um ganho duplo, já que diminuía a concorrência e recolocava a mulher no ambiente doméstico. A autora ainda salienta que, no que tange a questão da necessidade de “proteção” as mulheres, havia, de modo geral, uma confluência entre as diferentes vertentes do movimento operário, fossem anarquistas ou socialistas:

A confluência entre anarquistas e socialistas quanto à posição diante do trabalho feminino esteve, finalmente, configurada na organização do Comitê de Defesa Proletário, em 1917. Congregando representantes de associações operárias das duas tendências, o Comitê colocou a proteção especial ao trabalho feminino como uma de suas principais exigências nas negociações da greve geral (PENA, 1981, p.203).

Apesar das dificuldades encontradas pelos limites que lhes eram impostos, a participação feminina pela causa proletária foi bastante expressiva, algumas vezes chegando a ser o elemento condutor de greves e paralisações, principalmente no ramo têxtil, onde a mão de obra feminina era preponderante. Tal participação estava, em grande medida, atrelada a reivindicações da classe operária de modo geral, visava a obtenção de direitos imediatos e não a defesa de interesses específicos da mulher trabalhadora. Como caracteriza Maria Valéria Junho Pena,

as evidências caminham no sentido de mostrar que, em primeiro lugar, as mulheres foram ativamente combativas nos movimentos operários e grevistas; em segundo lugar, sua combatividade era desorganizada; em terceiro, suas manifestações eram espontâneas e não se originavam em uma prática política calculada e planejada; em quarto, seu caminho a liderança estava obstaculizada pela ideologia patriarcal que lhe assignava o lar como seu espaço natural e a conspirava uma trabalhadora e cidadã de segunda ordem; em quinto, seus protestos vinculavam-se mais à exploração nas fábricas que à subordinação na sociedade (PENA, 1981, p. 183).

Entretanto, seria errôneo constatar através do exposto pela autora, que tais caracterizações abrangem a totalidade do movimento operário. As correntes ideológicas que nortearam o movimento operário durante a Primeira República, como o anarquismo nos anos iniciais, difundido principalmente pelo contingente imigrante vindo de toda Europa, e o comunismo, apesar de não se mostrarem dispostos a se posicionar enfaticamente a favor da ruptura da situação de marginalização da mulher e, por vezes, reproduzirem um discurso social vigente que legitimava a subvalorização feminina, contaram em sua composição com a presença de mulheres dispostas a levantar questionamentos sobre sua posição tanto na sociedade quanto no interior das próprias organizações. Entre as muitas formas de manifestação estava a imprensa libertária que lhes serviu de meio para despertar nas mulheres a consciência da sua posição e a educação política. Como afirma Martins, “a ideia era libertar a mulher do único aprendizado que a sociedade lhe permitia: o maternal e o doméstico. E assim, inseri-la num horizonte intelectual capaz de levá-la a refletir sobre as condições históricas da sua dominação”<sup>22</sup>. Também tiveram grande ressonância, mesmo possuindo uma curta trajetória, as associações de mulheres de caráter anarquista e comunista que se organizaram em prol da luta pela emancipação feminina atrelada a um contexto mais amplo de mudança da sociedade capitalista. Dentre elas, a União Feminina do Brasil organizada por militantes vinculadas ao Partido Comunista do Brasil que logo em sua fundação em 1935 lançou um manifesto com suas premissas:

Não poderíamos continuar indiferentes ante os choques, as tragédias e a miséria que nos cercam. Falharíamos a nós mesmas se não pensássemos em lutar ombro a ombro com os homens, pelos nossos direitos. Qual tem sido até hoje nosso papel no Brasil? Na escola, a opressão dos que querem fazer de nossa inteligência um sabujíssimo. Na fábrica, substituindo o homem com salários menores e menor revolta. No escritório produzindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que ele. No lar, prisioneiras passivas, tudo criando e nada produzindo. Na sociedade, joguetes cheios de deveres, tudo se nos exigindo, sem direitos, tudo se nos negando. [...] Lutemos Unidas! E, para essa luta, chamemos todas as mulheres do Brasil. Operárias, intelectuais, estudantes, artistas, professoras, jornalistas, comerciárias, bancárias, telefonistas, domésticas, camponesas, costureiras, funcionárias, mulheres que trabalham em todos os setores. Lutemos unidas pelos nossos direitos, por melhores salários e ordenados, pelo nosso direito de viver<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup>MARTINS, A. M. R.. Mulheres na militância anarquista (1900-1930). In. MARTINS, Angela Maria Roberti; SANTOS, Edna Maria. O Anarquismo no Brasil: produção multimídia para a docência do ensino básico público. Rio de Janeiro: LPPE-UERJ, 2012.

<sup>23</sup> WERNECK, MARIA. Op. Cit. p. 41-42 apud ALVES, Iaracélli da Cruz. A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Feira de Santana, 2015.

Em dado momento, em virtude do crescimento e notoriedade, o Partido Comunista do Brasil passa a dedicar maior atenção às reivindicações femininas, voltando seus olhares às organizações compostas por elas e discutindo suas pautas, porém ainda de forma muito tensa e a contragosto. O partido entendia a participação feminina e sua militância de forma limitada e pontual, o interesse em alargar suas fileiras e construir um partido de massas com bases sólidas, inicialmente, era um dos maiores interesse dos dirigentes do PCB.

### **3 REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E AS CONCEPÇÕES DE MILITÂNCIA FEMININA**

#### **3.1 O PCB: FUNDAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FEMININA**

Desde os princípios do século XX, inúmeras foram as tentativas de aglutinar politicamente a classe trabalhadora em um partido de classe de caráter operário no Brasil. Contudo, a predominância do anarquismo, que se contrapunha a essa alternativa política, acrescida das próprias fragilidades do movimento, malograram o sucesso deste experimento.

Entre os anos de 1906 a 1919/1920, o movimento operário fortemente caracterizado pela ideologia anarquista tinha como principal pressuposto a recusa à prática partidária e parlamentar, privilegiando a intervenção por meio de sindicatos, cooperativas de produção, uniões de acordo mútuo e outras diversas formas de associações (GOMES, 2005), bem como uma proposta de atuação política voltada a ações diretas, como investidas contra as máquinas, boicotagem as fábricas e greves, além da ação individual. Insistia-se também incessantemente no poder da educação como via de libertação do operariado, através principalmente de manifestações culturais em praças públicas, como teatro e música, e a conscientização e debate por meio da imprensa, como jornais, revistas e periódicos. (HARDMAN, 2002). A vigorosa atuação e disseminação do anarquismo, principalmente da sua vertente anarcossindicalista, durante os anos iniciais da Primeira República no Brasil, não abrangia todos os segmentos sociais, havendo ainda, mesmo que em menor medida, outras correntes, que descontentes com sua condição, exigiam maior representação política e importância social.

Os anos que se sucederam a 1920 são apontados como um momento de relativo descenso das atividades operárias e do movimento anarquista, de modo geral. Apesar dos problemas engendrados pela fragilidade tanto da teorização de suas concepções ideológicas quanto de sua forma de atuação,

o declínio que então se iniciou não teve como base o fracasso da militância anarquista nos sindicatos, mas sua expulsão e eliminação por forças policiais com amplo respaldo político e social. Talvez exatamente por isso os anarquistas não tenham sido gradualmente substituídos pelos comunistas, que teriam paulatinamente ocupado um espaço deixado vago pelo desgaste

de um movimento e uma doutrina. [...] Pela mesma ordem de razões os comunistas tiveram que conquistar seu lugar entre os trabalhadores, disputando espaços e estimulando cisões na organização sindical. Seus primeiros sucessos só se produziram realmente já na segunda metade da década quando a própria conjuntura política sofreu alterações substanciais. (GOMES, 2005, p. 130).

Havia a necessidade de se repensar o movimento operário, sua forma de organização e representação de maneira a obter ganhos mais efetivos ao operariado. A ideia de uma agremiação de caráter nacional já havia começado a ser gerida desde 1919, aproximadamente, fomentada pelos acontecimentos internacionais, como a Revolução Russa, sendo a principal motivadora por demonstrar o poder combativo da classe operária, juntamente com o êxito do partido bolchevique, que assinalava aos trabalhadores brasileiros a emergência de uma agremiação de caráter partidário da classe operária. Neste cenário surgiu o Partido Comunista do Brasil, em um Congresso realizado em março de 1922, em Niterói, no Rio de Janeiro. Mesmo ainda influenciados pelos ideais anarquistas fortemente arraigados às concepções dos seus fundadores, – dos nove delegados presentes no I Congresso, oito eram egressos do anarcossindicalismo e apenas um do movimento socialista – possuíam em mente seguir os passos da Revolução Russa, procedendo de acordo com as diretrizes determinadas pela Internacional Comunista<sup>24</sup>.

O partido em seus primeiros anos se empenhou, em grande medida, a propiciar a integração do movimento operário e sua centralidade em torno dele. As fragilidades quanto uma teorização mais consistente acerca da realidade nacional e as deficiências em termos das leituras que pudessem auxiliar na instrumentalização de suas concepções ideológicas, bem como um entendimento precário do marxismo, ainda eram bastante problemáticas (FALCÃO, 2010, p.111).

Segundo Astrojildo Pereira (1962), um dos fundadores do partido brasileiro e de importante atuação militante, pode-se afirmar que o nível teórico dos militantes comunistas era insatisfatório, as discussões, quase unicamente, giravam em torno das atividades práticas e das táticas de atuação do partido. Leandro Konder (1988) afirma que, apesar de ser detectado um número considerável de militantes leitores das obras de Marx e Engels, como também das de Lênin, a formação militante de que se originavam acabou por atravessar suas

---

<sup>24</sup> Em 1922, ano de fundação do Partido Comunista do Brasil, sua filiação a Internacional Comunista foi negada sob a alegação de que o partido era composto por elementos que contradiziam a essência de um partido socialista, como burgueses, maçons e anarquistas, fato creditado a Antônio Bernardo Canellas, por defender no IV Congresso da Internacional posições anarquistas. Tal incidente só foi revertido em janeiro de 1924, quando Astrojildo Pereira, secretário geral e um dos fundadores do partido, consegue desfazer o equívoco e o partido se torna membro da IC. (PANDOLFI, 1992; CARONE, 1989).

interpretações sobre o marxismo, acarretando em sérios equívocos de análise. Contudo, Frederico José Falcão nos alerta ao desconhecimento da realidade brasileira como uma defasagem não restrita apenas ao PCB:

não havia até aquele momento um conjunto de análises de fôlego sobre a economia brasileira, a sua estrutura de classes, a sua própria História. Pensar o Brasil, como totalidade, era uma tarefa não iniciada (sempre lembrando tratar-se de um país continental), e a falta de detalhadas estatísticas confiáveis só agravava esse quadro. A dificuldade daquele grupo de militantes (ou de qualquer outro grupo ou pessoa) não deve ser tratada como fator de somenos importância, especialmente pelo fato de que o que os aproximava era, imediatamente, como desejosos em fazer parte da construção da Revolução Socialista em esfera planetária, a vinculação com a nova organização que tinha avocado para si levar adiante tal empreitada (FALCÃO, 2010, 112).

Com participação significativa na composição do movimento operário, as mulheres também se aglutinaram no interior dos partidos políticos, mesmo que parte da historiografia não tenha atestado. Os indivíduos que compunham os quadros do Partido Comunista do Brasil ao realizarem o trabalho de rememoração de sua trajetória política e, principalmente, da trajetória do PCB, silenciaram personagens femininos de importante atuação. O reconhecimento da militância feminina no interior do Partido Comunista do Brasil se deu de forma controversa, devido ao fato de a história do PCB, escrita pelos militantes que o integravam, ter sido organizada de modo a ignorar o papel da militância feminina junto ao mesmo.

Através de uma abordagem que privilegia a interdisciplinaridade da memória, buscamos compreender de que forma se dá os processos mnemônicos a que estão sujeitos os indivíduos como unos e em sua coletividade, na tentativa de responder a partir de que lugar e de que *marcos sociais da memória* (HALBWACHS, 2004) os militantes do Partido Comunista do Brasil se lembram das mulheres como sujeitos militantes, e assim entender, por outro lado, o esquecimento a que foram submetidas.

Na tentativa de avançar na abordagem da memória trazida por Halbwachs, consideramos a questão das fissuras nos grupos, observando para além da coesão, ponto chave na obra do autor. A compreensão de “toda dinâmica processual decorrente das disputas ocorridas no palco social da hegemonia da memória, ou seja, as lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagônicos subjacentes à construção social do passado, que está ausente da análise de Halbwachs” (PERALTA, 2007, P. 06), nos será de extrema importância, sob a finalidade de responder aos questionamentos direcionados à historiografia do Partido Comunista do Brasil, escrita pelos militantes que o integrava, à medida que estes, durante o

processo de rememoração da formação do partido e sua trajetória, relegaram ao esquecimento a participação feminina.

As considerações feitas por Pollak nos são caras, tendo em vista que este concebe a memória como um fenômeno construído, sendo produto de um trabalho de organização, no qual há um processo de rememoração, limitação, exclusão ou exaltação, que se pautam nas relações sociais, políticas e pessoais de certo indivíduo, grupo ou instituição, sendo aquele consciente ou não.

### 3.2 OS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA E AS DIRETRIZES DO PCB ACERCA DA MILITÂNCIA FEMININA

Apesar de ser fato indiscutível que o partido bolchevique e as orientações soviéticas tenham sido grandes norteadores do Partido Comunista do Brasil, há certas discordâncias na historiografia<sup>25</sup> do PCB acerca do total cumprimento dos direcionamentos propostos pela Internacional Comunista pelo PCB. Alguns autores afirmam não se poder asseverar que tenham sido seguidas e aplicadas indistintamente à realidade nacional, sendo a Internacional apenas auxiliadora da organização dos partidos comunistas, e não uma organização de fundamental poder decisório, pois acredita-se que o PCB possuía total autonomia e responsabilidade sobre o movimento operário brasileiro e se orientava em função da sua realidade (KONDER, 1988).

Em contrapartida, Edgar Carone em seus estudos aponta para a ideia de total consonância entre o PCB e a Internacional Comunista, pois “a ligação prende-o a um modelo que aparece delineado em todos os sentidos, desde a filiação ideológica até seu arcabouço organizatório” (1989, p.94). Assim como a autora Dulce Pandolfi, para quem “o fato de ser membro da Internacional Comunista não tinha uma importância meramente formal, para o PCB. Muitas foram as implicações daí decorrentes. Sobretudo do ponto de vista ideológico, a presença da Internacional marcou profundamente a história dos comunistas brasileiros” (1995, p. 74).

Segundo Pandolfi o modelo construído pela III Internacional, foi adotado de forma “unívoca e universal” por todos os agrupamentos comunistas, inclusive pelo PCB. Ao buscar se diferir da anterior, a III Internacional apregoava o rompimento com a ideia de reforma, taxando-o como termo contrário á revolução e sua proposta de modificação da ordem

---

<sup>25</sup> Entre outras obras, destacamos como importantes: CHILCOTE, 1982; DEL ROIO, 1990; ZAIDAN, 1988; VINHAS, 1982; KAREPOVS, 2003.



econômica, social e política deveria ser encarada como algo inevitável ao processo de desenvolvimento do capitalismo e seu desdobramento no imperialismo. “A construção desse paradigma teve consequências profundas na condução do movimento comunista internacional, determinando, inclusive, uma nova concepção de partido político. Sem dúvida, ele marcou também toda a trajetória do PCB” (PANDOLFI, 1992, p. 56).

Embora as várias divergências dos estudos sobre o Partido Comunista do Brasil quanto a sua relação com a Internacional Comunista não leve a um ponto comum de interpretação, é possível assegurar a forte influência desta tanto na organização quanto na formação teórico-ideológica do partido brasileiro. As diretrizes propostas pela Internacional nos auxiliam na compreensão das bases em que se fundamentaram a criação e o desenvolvimento do PCB, mesmo que tal relação não tenha se mantido estática, sofrendo, em dado momento, modificações significativas, como, por exemplo, seu acirramento nos anos de 1930 e 1950:

O início da década de 1930 pode ser considerado como um momento de recrudescimento da relação entre a seção brasileira e a Internacional Comunista. Seus principais militantes e intelectuais são afastados pela prática da “proletarização” e do “obreirismo” [...] A década de 1950 apresenta um momento marcante da relação entre os militantes pecebistas e a orientações do partido soviético [...]. O Partido Comunista do Brasil não só passou a adotar o pensamento stalinista, codificado na formulação marxismo-leninismo, como perspectiva, mas também a organizar-se internamente como vetor as orientações soviéticas. (OLIVEIRA, 2016, p. 35).

A relação estabelecida entre o PCB e as diretrizes propostas pela Internacional Comunista nos são importantes para além da compreensão de como aquele se estruturou. É essencial aqui perceber como estavam sendo geridas as questões relacionadas à mulher pela IC<sup>26</sup> e qual sua ressonância no Partido Comunista do Brasil. A importância da participação das mulheres no movimento operário, bem como a discussão sobre a sua condição, já haviam sido tratados por August Bebel exaustivamente no interior do Partido Social-Democrata Alemão<sup>27</sup>. Contrariando grande parcela do partido, Bebel teve suas ideias rechaçadas por outros dirigentes companheiros, mas ainda assim sua obra *A mulher e o socialismo* (1879), de que já tratamos, foi largamente difundida.

Nos primeiros anos após a Revolução Russa, muito se discutia sobre mecanismos de atuação junto ao contingente de mulheres trabalhadoras. O partido soviético tinha em mente a cooptação das massas femininas em favor da causa operária, para que não as perdessem aos

<sup>26</sup> Abreviação a *Internacional Comunista*

<sup>27</sup> Mais a respeito ver: ANDRADE, Joana El-Jaick. *A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social democracia*. Lutas Sociais, São Paulo, n.24, p.09-17, 2010.

contrarrevolucionários e nem ao movimento feminista burguês. Em diálogo<sup>28</sup>, Clara Zetkin – importante militante comunista que se destacou na luta pela causa das mulheres – e Lênin discutiam sobre a urgência em se tratar da questão feminina, no qual atribuíam grande importância às organizações de mulheres como parte integrante e fundamental do movimento operário. Segundo Lênin, as mulheres realizavam um trabalho incessante no partido, eram incansáveis, fiéis e inteligentes, no entanto, não podia-se falar em um movimento comunista internacional das mulheres e por isso havia a necessidade urgente em criá-lo. Ao partido, segundo ele, cabia a elaboração de um plano de trabalho junto as elas, a criação de comitês e órgãos para que estas estivessem incluídas e assim conseguissem se mobilizar e melhor se organizarem em prol da causa comunista:

Uma comunista é um membro do partido com os mesmos deveres e direitos que os seus camaradas masculinos. Nisto não pode haver quaisquer divergências. No entanto, não podemos fechar os olhos perante os factos. O partido deve ter órgãos, grupos de trabalho, comissões, comitês, secções, ou como lhe queiram chamar, cuja tarefa específica consistirá em despertar as amplas massas de mulheres, ligá-las ao partido e mantê-las sob a sua influência. Para isso, naturalmente, é necessário que desenvolvamos um trabalho verdadeiramente sistemático junto destas massas de mulheres. Devemos educar as mulheres que saíram da passividade, recrutá-las e armá-las para a luta proletária de classe sob a direcção do Partido Comunista. Penso não só nas proletárias que trabalham nas fábricas ou se ocupam do trabalho doméstico, mas também nas camponesas, nas mulheres das diversas camadas da pequena burguesia. Todas elas são também vítimas do capitalismo, e desde a guerra são-no mais que nunca. A mentalidade atrasada, apolítica, a-social dessas mulheres, a estreiteza do seu campo de actividade, todo o seu modo de vida – estes são os factos. Seria absurdo, totalmente absurdo não termos isto em atenção. Precisamos de ter os nossos organismos para o trabalho junto das mulheres, métodos de agitação e formas de organização específicos (LÊNIN apud ZETKIN, 2015, p.11).

Lênin não perdeu de vista as especificidades inerentes a condição feminina, sua opressão em detrimento dos privilégios masculinos e sua submissão de todas as formas na sociedade de classes, apelando “às mulheres, de igual para igual, a trabalharem elas próprias na transformação da economia e da superestrutura ideológica” (LÊNIN apud ZETKIN, 2015, p.12). Contudo, deixa claro que a causa feminina em nada poderia se dissociar do fim maior, a Revolução, este era o principal horizonte ao qual homens e mulheres deveriam vislumbrar.

Tal posicionamento não se dava de forma homogêneo no interior do partido, havendo reações contrárias a este modo de organização e expressão das mulheres, as quais eram

---

<sup>28</sup> Este documento trata-se de um texto, relato de Clara Zetkin sobre dois encontros com Lênin a tratar da questão feminina, publicado originalmente em Moscovo, em Janeiro de 1925, sob o título de *Do meu livro de notas*. O presente relato foi traduzido e publicado em diversos países, no Brasil foi inserido na coletânea *O Socialismo e a Emancipação da Mulher*, Editorial Vitória, 1956, com o título “Lênin e o Movimento Feminino”. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>, em 18 de julho de 2016.

rotuladas como “oportunismo, traição e abandono dos princípios”, como discorre Clara Zetkin:

Disse a Lénine que os seus argumentos eram para mim um apoio precioso. Muitos camaradas, bons camaradas, tinham-se oposto resolutamente a que o partido criasse organismos específicos para o trabalho regular junto das amplas massas de mulheres. Declararam que isso era o regresso às tradições sociais-democratas e à famigerada “emancipação da mulher”. [...] Assegurei a Lénine que partilhava o seu ponto de vista, mas que enfrentaria indubitavelmente muita resistência. As mentes hesitantes e temerosas iriam rejeitá-lo como um “oportunismo perigoso”. E não se podia negar que também as nossas reivindicações actuais a favor das mulheres podiam ser mal compreendidas e interpretadas (LÊNIN apud ZETKIN, 2015, p.12-13).

Ambos salientam os avanços na Rússia Soviética quanto à discussão das questões femininas, bem como as iniciativas de organização e atividades que pudessem ser regularmente desenvolvidas pelas mulheres militantes, mas ainda insuficientes, por se tratar de uma conduta, de certo modo, “passiva e expectante face ao problema da criação de um movimento de massas de mulheres trabalhadoras” assim, a necessidade de se aprimorar e expandir as ações de incentivo a militância das mulheres, tornando as conferências e congressos nacionais em internacionais, acreditando que, através de um maior alcance, possibilitaria as massas femininas dos países capitalistas a tomarem consciência da causa comunista e de sua própria condição.

As ideias aqui expostas, por meio do diálogo entre Clara Zetkin e Lênin, foram sistematizadas e serviram de norte para as *Teses sobre métodos e formas de trabalho do Partido Comunista entre as mulheres, nos países soviéticos, atrasados e capitalistas*, apresentadas no III Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em 1921, em sua 20ª sessão (SOIHET, 2013, p. 190). As resoluções da III Internacional Comunista se direcionavam somente a formação de organizações femininas no sentido de preparar e mobilizar a massa de mulheres operárias para a revolução socialista. Para Zetkin, as questões que diziam respeito às especificidades das lutas feministas deveriam estar submetidas à tarefa mais emergente da causa socialista.

O princípio guia deve ser o seguinte: nenhuma agitação especificamente feminista senão agitação socialista entre as mulheres. Não devemos pôr em primeiro plano os interesses mais mesquinhos do mundo da mulher: nossa tarefa é a conquista da mulher proletária para a luta de classes (ZETKIN, 1976, p.107).

Rachel Soihet esclarece que os partidos comunistas pouco haviam avançado em relação a uma elaboração teórica sobre a condição feminina de fato, salvo o caso do Partido Comunista Italiano, sob a liderança de Palmiro Togliatti, de 1945 a 1970. Segundo a autora,

“pela primeira vez, um dirigente político disse à mulher que ela não deveria continuar a se sacrificar, a sofrer em silêncio pelo bem da pátria, como, aliás, sempre fez, mas que para o bem da pátria ela deveria falar, agir, lutar por seus direitos” (2013, p. 190). Ao expor que a superação da sociedade capitalista era insuficiente a libertação da mulher, assim como sua inserção na produção, que seria preciso mais que isso para uma mudança sistemática, Togliatti não teve suas ideias recebidas com entusiasmo pela URSS.

Soihet em entrevista com Zuleika Alambert, militante comunista que se dedicou a causa feminina e muito se empenhou na denúncia da subvalorização da mulher pelos partidos e organizações de esquerda, inclusive teceu várias críticas ao PCB, expõe que esta, ao discorrer sobre sua experiência na União Soviética durante os anos de exílio,

afirma que os soviéticos não enfrentavam as questões relativas à especificidade feminina, alegando “que a mulher participou da revolução ao lado dos homens, trabalha e estuda como eles, e que, portanto não há mais nada a reivindicar”. Fato com o qual não concordava, já que embora a mulher fosse valorizada legalmente, havia toda uma questão cultural que impedia de fato uma situação igualitária entre mulheres e homens (SOIHET, 2013, p.191).

O partido soviético, assim como os demais partidos comunistas, apesar dos esforços em inserir na pauta de discussão o trabalho junto às mulheres operárias e militantes, ainda encontrava forte resistência em seu interior em avançar nas medidas de intervenção junto a estas e, principalmente, de promover mudanças substanciais no que tange às especificidades femininas e sua condição de subvalorização.

As diretrizes propostas pela III Internacional, no que diz respeito ao trabalho junto as mulheres, foram largamente difundidas a fim de que os partidos comunistas, de todas as localidades, colocassem-nas em prática. O Partido Comunista do Brasil promoveu a criação de diversas organizações específicas para as mulheres<sup>29</sup>, de acordo com as concepções propostas pela III IC, como, por exemplo, a União Feminina do Brasil (UFB), criada em 1934, ligada a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Tal associação, assim como outras que vieram a surgir posteriormente<sup>30</sup>, estavam ligadas ao partido muitas vezes de forma implícita e não possuíam intenção de uma incorporação maior das causas específicas das mulheres, denotando o desejo apenas de atrai-las ao movimento operário e alargar as fileiras do partido.

<sup>29</sup> Houve também a criação do jornal Momento Feminino, em 1947, um órgão informativo dirigido por Arcelina Mochel, militante pecebista. Embora seguisse as orientações do PCB, não possuía vínculo oficial com o partido. LINS, Marcelo da Silva. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947). Revista Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015.

<sup>30</sup> Sobre outras associações e suas formas de atuação ver: ALVES, Iaracélli da Cruz. A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Feira de Santana, 2015.

Tal fato é salientado por Iracema Ribeiro durante sua intervenção no IV Congresso do PCB, em novembro de 1954:

O trabalho do nosso Partido entre as mulheres apresenta serias debilidades. O sectarismo é o principal entrave ao trabalho do Partido junto às massas femininas. As próprias Organizações de Base femininas criadas para facilitar o trabalho do Partido junto às grandes massas de mulheres, não têm cumprido satisfatoriamente sua missão. Em sua maioria as Organizações de Base femininas realizam mais o trabalho de agitação e propaganda, deixando de lado a tarefa fundamental para a qual foram criadas, isto é, mobilizar e organizar as mulheres partindo das suas reivindicações específicas, das lutas contra a carestia, pelo congelamento de preços, em defesa da infância e elevando-as até às lutas democráticas e emancipadoras<sup>31</sup>.

Percebe-se que as chamadas “reivindicações específicas” a que as mulheres estão atreladas se convertem na luta pela carestia ou na defesa da infância, como se tais questões não dissessem respeito ao universo masculino também. No que diz respeito à marginalização da mulher e a subvalorização do seu trabalho nada é salientando.

O partido entendia a participação feminina e sua militância de forma limitada e pontual. O interesse em alargar as fileiras e construir um partido de massas com bases sólidas era o maior objetivo dos dirigentes do PCB.

Precisamos ter em cada organismo do Partido, desde as células até o Secretariado Nacional, encarregados especiais do movimento feminino. Além disso, precisamos procurar as causas verdadeiras da afluência ainda pequena de mulheres às fileiras de nosso Partido a fim de conseguir removê-las definitivamente. É indispensável fazer em cada organismo do Partido acurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas à possibilidade de qualquer atividade nas fileiras de nosso Partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso Partido sem prejudicar suas tarefas domésticas<sup>32</sup>.

O documento, de autoria de Luiz Carlos Prestes, a maior liderança do Partido, traz como ponto central a preocupação em atrair as mulheres para o interior do partido, expressando amplo desconhecimento e falta de compreensão substancial da problemática feminina e das causas que as distanciavam do movimento operário e da participação no partido. Há de se notar também que ao se referir as organizações femininas aponta a necessidade de indicação

<sup>31</sup> RIBEIRO, Iracema. O trabalho feminino: dever de todo o Partido. In: Problemas Revista Mensal de Cultura Política, n.64, 1954. Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/feminino.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/feminino.htm) em 17 de julho de 2016.

<sup>32</sup> Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de Dezembro de 1946. Texto presente em: PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da Democracia*, Ed Vitoria, 1947. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/12/08.htm> em 20 de Julho de 2016.

de homens, “encarregados especiais”, cuja incumbência seria lidar e estudar a questão das mulheres.

O assunto sobre o trabalho doméstico permeia grande parte das diretrizes do partido no tocante as mulheres, diversas vezes, no período em que o PCB ainda se encontrava na ilegalidade, era proposto as militantes que, ao se filiarem, deveriam se dedicar integralmente ao partido, sendo essa uma forma de mantê-las afastadas das ocupações centrais e até mesmo da própria filiação pois era impossível a abdicação do cuidados do lar (BERNARDES, 1995). Além do mais, a compreensão de que as tarefas domésticas eram competência exclusiva das mulheres denota que os próprios militantes e dirigentes do Partido Comunista careciam de outra concepção sobre a questão feminina. O relato de Auxiliadora Bambirra, ao expor a dificuldade que era competir com o seu esposo militante em razão das demandas domésticas, revela como a submissão da mulher em relação ao homem, mesmo o militante, estava arraigado no pensamento deste:

O Bambirra [Sinval Bambirra, marido de Auxiliadora], por exemplo, na época que eu comecei ele dizia “... não gosto que você fique atuando nessa frente com as mulheres porque os dois não podem queimar... A gente não pode queimar porque um tem que ficar tomando conta das crianças. É bom que você reduza um pouco essas suas saídas”. Quer dizer, de certa maneira, ele queria determinar, limitar minha atuação, mais em função da educação das crianças, que eram pequenas. Mas, ao mesmo tempo, ele não podia proibir<sup>33</sup>.

A ideia de que o trabalho doméstico estava destinado às mulheres e a ele deveriam se dedicar prioritariamente, encontrava respaldo no interior do PCB, denunciando os limites do Partido no tratamento da questão. Em outras palavras, apesar das pretensões de se converter a ordem social em igualitária, onde vigorassem ideais emancipatórios, o feminino se manteve associado aos cuidados com o lar, a maternidade e o matrimônio. Ao que parece fomentavam um discurso no interior da organização que historicamente vinha sendo disseminado. Mesmo após sua inserção no PCB, lhes eram atribuídas, muitas vezes, tarefas consideradas “femininas”, voltadas ao assistencialismo e ao pragmatismo.

Com efeito, a estrutura organizativa do Partido Comunista do Brasil foi construída de forma hierarquizada e às mulheres não eram delegadas funções de alto poder decisório. Há relatos de algumas delas afirmando não saberem como se procediam as tomadas de decisões, tendo em vista que a sua participação era muitas vezes fora da estrutura partidária, desempenhando funções de apoio e auxílio, sem nunca ocupar cargos de maior destaque.

---

<sup>33</sup>Depoimento de Auxiliadora Bambirra à Magda de Almeida Neves – 14 de dezembro de 1993. Acervo do Programa de História Oral / UFMG. TAVARES, B. M. M. Gênero e política: a questão feminina no interior do PCB. Disponível em: [www.ichs.ufop.ber/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm](http://www.ichs.ufop.ber/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm) em 20 de julho de 2016.

Zuleika Alambert, primeira mulher a participar do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, desde o ano de 1947, “posição inacessível para a maioria das militantes” (SOIHET, 2013, p.172), teceu diversas críticas contundentes a forma como o partido lidava com as mulheres militantes .

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante<sup>34</sup>

Ainda sobre a acentuada diferença entre os trabalhos designados a homens e mulheres no interior do partido, Alambert em seu retorno do exílio – onde teve contato mais profundo com o movimento de mulheres europeu, o que lhe proporcionou uma maior percepção da reprodução de valores machistas no interior das organizações de esquerda – declarou ao *Jornal da República*:

Na verdade, era tratada como um homem no partido, atingira uma posição de homem, não era vista como uma mulher, pois o machismo é também muito forte dentro do partido. Os homens trazem toda a carga com que foram educados. É necessário um debate muito duro para mudar sua cabeça<sup>35</sup>.

É possível perceber, através dos estudos realizados por Albertina de Oliveira Costa (1980) sobre a memória das mulheres militantes exiladas (1980), onde conta com inúmeros depoimentos, entre eles de militantes pecebistas, que, para boa parte delas, a percepção da relação de subordinação no interior do partido e das organizações só se tornou clara após o exílio, onde tiveram contato direto com os ideais de um feminismo amadurecido que lhes proporcionou uma crítica incisiva a respeito da militância no Brasil.

Se faz importante salientar também que as práticas de subvalorização e marginalização da mulher no seio das organizações de esquerda e no Partido Comunista do Brasil, ao qual nos voltamos principalmente, não era uma particularidade da esquerda brasileira. Depoimentos de mulheres militantes de vários países como França, Estados Unidos, dentre outros, confirmam a existência de tais práticas nas organizações que integravam. A exemplo, o depoimento de uma militante francesa:

<sup>34</sup>Entrevista com Zuleika Alambert realizada por Maira Luísa Gonçalves de Abreu, em junho de 2004, via correspondência. ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* – Campinas - SP, 2010.

<sup>35</sup> “O machismo é forte no PCB, diz Zuleika” - *Jornal República*. Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 1979, Nº 60, Ano I. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-republica/194018>.

As mulheres dentro disso não tinham até agora senão duas possibilidades: brincar de secretárias ou se virilizar. Espontaneamente, propõem-se sempre aos militantes homens tarefas que exigem uma responsabilidade, um esforço de criação, uma tomada de posição pessoal: espontaneamente deixa-se sempre para as mulheres as tarefas mecânicas, só exigindo conhecimentos técnicos como mimeografar os folhetos, bater à máquina, ocupar-se das finanças, etc. (DURAND apud ABREU, 2010, p. 77).

Assunto bastante controverso ao se analisar as relações estabelecidas no interior do Partido Comunista do Brasil, comumente chamados de “tática dois”, diz respeito aos fatos relatados por algumas militantes. Se tratava de delegar a militantes mulheres a tarefa de conseguir favores ou informações por meio de atividades sexuais. Salientam que tal atividade era muitas vezes realizada, mesmo que mesmo que dificilmente admitida por seus companheiros de partido. Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, importante militante que lutou pela causa operária e contra fortes tabus, em favor da emancipação e liberdade feminina, foi uma das mulheres que sofreu esse tipo de imposição dos seus próprios companheiros de partido:

Estou de acordo com o sacrifício total, se se tratasse de uma coisa que valesse a pena, se se tratasse de vidas, num momento de luta armada, em plena revolução. Mas assim, para obter ridículas informações, que nem sequer se sabe se serão aproveitadas, eu acho que é exigir demais das mulheres revolucionárias. Eu não sou prostituta. [...] Pensam que uma aventura a mais ou a menos para mim não tem importância nenhuma. Uma mulher de pernas abertas: é o que vocês pensam (GALVÃO apud FERRAZ, 2005, p. 126).

Patrícia Galvão tece críticas contundentes ao discurso disseminado no partido por homens que deturpavam, ao mesmo tempo que se auto justificavam, os ideais de emancipação e liberdade do próprio corpo defendido por muitas companheiras.

Por defenderem tais ideais, as mulheres estavam sujeitas a todo tipo de comportamento dos homens, fora e dentro do partido, que se achavam no direito de transpor qualquer limite. Patrícia Galvão relata, deixando claro sua repulsa, o comportamento de um companheiro de partido que tenta se impor a ela através de investidas sexuais: “Como era revoltante e ridículo despir a capa comunista. Que nojo ao vê-lo atirar-se a minha procura com a vulgaridade brutal e desastrada que eu já conhecia nos homens de outras classes sociais” (GALVÃO apud FERRAZ, 2005, p. 87).

Dada a forma como se estabeleceram as relações entre homens e mulheres no Partido Comunista do Brasil, como se deram as interações cotidianas e os lugares ocupados por um e por outro na estrutura partidária, é possível analisar como as construções sociais se manifestaram nessas relações e como ali se estabeleceram as relações de gênero. Através dos



relatos expostos, é possível notar como ainda como prática política dos militantes ligados ao PCB, no tocante á mulher, se encontrava imbuída de concepções difundidas pela sociedade capitalista, reforçando a reprodução de valores acerca da marginalização e da subvalorização femininas, de forma a contrastar com os ideais comunistas racionalmente elaborados.

Entendemos *gênero* a partir das formulações de Joan Scott, para quem “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder” (1995, p. 21). Em consonância com a autora, inferimos que homens e mulheres estão inseridos em uma realidade histórica e são produtos do meio social, não podendo perder de vista a natureza relacional entre os sexos, de modo que homens e mulheres sejam vistos em suas múltiplas conexões, suas hierarquias e relações de poder.

Nessa perspectiva, analisamos como a sociedade capitalista se constituiu tendo como base as relações de poder a partir do sexo para a determinação dos lugares destinados a homens e mulheres, e assim relegou a estas posições marginais e de valor menor, em detrimento da posição de superioridade daqueles, em todas as esferas sociais. Estando o Partido Comunista do Brasil inserido nesta realidade, reproduziu tais valores e concepções, fomentando uma identidade do feminino e do masculino, que os aloca em determinadas funções e estabelece graus de importância.

O PCB se movia em uma sociedade capitalista, mesmo que seus posicionamentos se estabelecessem de modo contrário a essa estrutura e a favor de uma mudança social do modo de produção vigente. Tal sociedade, como foi explicitado, tinha como pressupostos, no tocante á mulher, sua marginalização e subvalorização. Assim sendo, o partido carregou consigo muitas dessas concepções, visíveis na forma de estruturação dos seus quadros, da participação das mulheres internamente, nos discursos proferidos e na maneira como procuraram lidar com as questões femininas de modo geral.

As contribuições deixadas por Halbwachs, sua sistematização a respeito da memória e seus processos, são imensuráveis e nos ajudam a compreender como se estabelecem a relação do indivíduo com os grupos aos quais pertence. Sendo assim, ao designar que o passado é rememorado no interior das instituições, sejam religiosas, familiares, classe social, seja os grupos políticos aos quais os indivíduos pertencem, parte da premissa que é na sociedade onde os indivíduos “recordam, reconhecem e localizam suas memórias”. Possibilita-nos com isso entender que há certa sujeição das memórias individuais ao coletivo, já que, as lembranças são sempre provenientes deste processo, tendo a proximidade afetiva ao grupo, ou podemos dizer também, o sentimento de identidade, de pertença, valor substancial na

consistência dessas lembranças, pois “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior” (HALBWACHS, 1990, p.25).

Portanto, segundo Maurice Halbwachs, o grupo fornece ao indivíduo quadros em que este ancora suas lembranças e são a partir destes quadros que o indivíduo é capaz de reelaborar o passado a partir do presente, não só subordinado pelas necessidades que este demanda, como também através de instrumentos internos de que os quadros sociais dispõem: “cuando recordamos, partimos del presente, del sistema de ideas generales que está siempre a nuestro alcance, del lenguaje y de los puntos de referencia adoptados por la sociedad, es decir de todos los medios de expresión que pone a nuestra disposición” (HALBWACHS, 2004, p. 41).

Em conformidade com tal análise, consideramos o Partido Comunista do Brasil o quadro fundamental para a rememoração dos indivíduos que a ele se atrelaram e escreveram sua história. Concebemos, através da compreensão sobre *marcos sociais da memória*, a marginalização e a subvalorização das mulheres militantes vigentes no interior do partido, expressão e reprodução da sociedade capitalista, como valores, concepções e práticas a partir das quais os militantes elaboraram suas memórias sobre a construção do PCB e sua trajetória política, e assim escreveram as obras que vieram a compor a historiografia do Partido Comunista do Brasil, na qual não deram o devido espaço a participação das muitas mulheres que junto a ele militaram.

### 3.3 O TRABALHO DE ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA

A inegável contribuição das teorizações de Maurice Halbwachs sobre a memória não nos impede de reconhecer que em seus estudos destinou maior relevância aos aspectos coletivos em detrimento dos individuais e relegou a complexidade dos grupos sociais no que tange os conflitos e a problemática das relações em seu interior, que giram em torno de diversos fatores como a ligação afetiva e ideológica, as relações de poder e as hierarquias dispostas, como classe social, etnia ou gênero a qual o indivíduo pertença. É imprescindível se fazer uso das categorias halbwachianas como memória coletiva e *quadros sociais da memória* a fim de compreender o funcionamento da memória nos grupos sociais. Na tentativa de avançar na abordagem da memória trazida por Halbwachs, consideramos a questão das fissuras nos grupos, observando para além da coesão, ponto chave na obra do autor. A compreensão de “toda dinâmica processual decorrente das disputas ocorridas no palco social

da hegemonia da memória, ou seja, as lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagônicos subjacentes à construção social do passado, que está ausente da análise de Halbwachs” (PERALTA, 2007, p. 06), nos é de extrema importância, sob a finalidade de responder aos questionamentos direcionados à historiografia do Partido Comunista do Brasil, escrita pelos militantes que o integrava, à medida que estes, durante o processo de rememoração da formação do partido e sua trajetória, relegaram ao esquecimento a participação feminina.

Os conflitos existentes no interior dos grupos e as disputas políticas pela conservação da memória são pontos essenciais das formulações desenvolvidas por Michael Pollak (1989; 1992) ao problematizar alguns aspectos da obra de Halbwachs. As teorizações sobre a memória elaboradas por Pollak muito contribuíram para um alargamento da abordagem sociológica sobre o tema, para o autor, a atividade mnemônica está em conformidade com os grupos nos quais os indivíduos transitam, ou seja, se relaciona diretamente com a identidade social. Tal ponto nos possibilita perceber certa influência do pensamento halbwachiano na obra de Pollak, posto que ambos, apesar das inúmeras discordâncias, convergem quanto o papel da memória na criação do sentimento de pertença, de identidade, definindo-a como um fenômeno coletivo, sendo ela uma tentativa de reconstrução do passado em função das demandas do presente, por isso mutável e múltipla, devido às particularidades de cada grupo. No entanto, Pollak caminha para além de Halbwachs<sup>36</sup> e nos aponta para uma nova perspectiva, onde o caráter conflitivo e o processo de seleção são aspectos fundamentais do processo de construção das atividades mnemônicas.

Pollak parte da premissa que a memória é um fenômeno construído, sujeito a um processo seletivo onde os atores sociais, indivíduos, grupos ou instituições, elegem de acordo com designios pessoais ou políticos o que deverá, no processo de rememoração, ser incluído ou delimitado, podendo este ser um trabalho de organização consciente ou não, como é salientado pelo autor:

quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p.204).

---

<sup>36</sup>Halbwachs não negligenciou de todo o caráter conflitante dos grupos sociais, como costuma se apregoar. Se atentando, – como demonstra em algumas passagens de sua obra *A memória coletiva* (1990, p. 25-52) – por vezes, que as memórias individuais podem divergir umas das outras e que este fato poderia ter relação com o lugar ocupado pelo indivíduo no grupo. No entanto essa memória individual seria frágil e imprecisa, ao contrário da memória coletiva.

Conceber a memória como um fenômeno socialmente construído é apreendê-la estando imersa nas relações de poder e como objeto de disputa em conflitos sociais (POLLAK, 1992, p. 205), se atendendo ao fato de que esse processo de construção implica no movimento de lembrar e também esquecer. Compreender as atividades mnemônicas de tal forma possibilita não se deixar induzir ao engano de tomar a memória como um ente autônomo, ou seja, que se sobrepõem aos conflitos sociais ou aqueles inerentes aos grupos, se manifestando independente à ação dos indivíduos.

Sendo assim, para o autor, a memória tem como elementos constitutivos os acontecimentos, as personagens e os lugares, que podem se relacionar com experiências de fato vividas, como também com aquelas transmitidas por meio da socialização com o grupo ao qual o indivíduo pertença, seria o caso da “memória herdada”. Esse processo de elaboração da memória possui estreita relação com a identidade social, entendida de forma superficial como sendo “a imagem de si, para si e para os outros”.

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Pollak se atenta ao fato de que, se a identidade social se configura como uma autoimagem para si e para os outros, necessita para sua construção que haja “unidade física”, “continuidade temporal” e “sentimento de coerência”. Se faz necessário uma narrativa que, se valendo de referências, em diferentes âmbitos, designem sentido ao indivíduo ou ao grupo, e por fim estabeleça um sentimento de pertença. A memória, então, trabalha como agente na construção de um sentimento de uniformidade individual ou coletiva e estabelece as fronteiras que separam um grupo de outro. Por se tratar de uma construção social, a memória se estabelece como uma ressignificação do passado em função das demandas do presente o que, segundo Pollak, revela sua condição mutável. Contudo, as lembranças devem sempre agir como elos que estabelecem a continuidade entre as reinterpretações, caso contrário, pode ocasionar uma ruptura problemática.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem

em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. (POLLAK, 1989, p. 07).

A partir de tal perspectiva Michael Pollak elaborou a categoria *enquadramento da memória*, que designa o processo de seleção através do qual se constitui a memória. Ou seja, a memória entendida como um fenômeno construído se estabelece através de um trabalho de enquadramento, onde imperam os conflitos de interesses e as disputas inerentes aos grupos sociais, sejam eles de qualquer natureza, religioso, familiar, político, etc. Há nesse processo uma acentuada contraposição entre lembrança e esquecimento, já que no trabalho de enquadramento seleciona-se o que deverá ser priorizado, o que se julga merecer maior relevância em detrimento do que acabará por ser relegado ao silêncio.

Contudo, Pollak alerta que o trabalho de enquadramento da memória não pode ser realizado de modo arbitrário, ele é limitado, pois necessita cumprir certas exigências de justificação, e responde à necessidade de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum” (POLLAK, 1989, p. 08). Segundo Pollak um dos pontos essenciais no processo de construção da imagem do grupo, instituição ou indivíduo, é a coerência com que os discursos serão produzidos e amarrados àqueles que já se mantêm solidificados, só assim haverá ressonância e manutenção do sentimento de pertença.

Assim como a exigência de justificação limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 08).

Para tanto, há que se levar em consideração as relações que se estabelecem no interior dos grupos e de que forma os indivíduos neles transitam, pois, estando a memória sujeita a um processo de construção, permeado por interesses e conflitos, é necessário apreender quem são os agentes responsáveis por sua elaboração. Para a realização do trabalho de enquadramento da memória, segundo Pollak, existem sujeitos habilitados, se tratam daqueles que, em determinados grupos, possuem a posse da palavra, e realizam a função de propagar o passado e assegurar a própria existência do grupo. Acontece ainda, em grupos mais formais, de tais agentes se valerem de amplo acesso a arquivos, documentos e acervos, são os denominados pelo autor de “historiadores da casa” (POLLAK, 1989, p. 09).

A reconstrução da memória do grupo, partido ou classe não pode ser cindida de sua inserção e interação com as relações de poder no interior destes. Ter a função de guardião e narrador, a competência de optar pelo que deve ser perpetuado ou não, de modo que os silêncios sejam tão reveladores quanto o dito, e a responsabilidade de manter no presente e salvaguardar para o futuro uma memória, são sem dúvida objeto de disputa. Como afirma Jacques Le Goff em seus estudos sobre a memória,

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 426).

Ao observarmos o posicionamento sempre enfático das mulheres militantes frente ao poder masculino formalizado, buscando de modo combativo trazerem a tona discussões sobre questões nas quais eram rechaçadas, como as que diziam respeito à condição social da mulher e mesmo a condição dela no interior do movimento operário e, principalmente, no interior do PCB, assim como a sempre presente participação destas junto aos companheiros de partido, nos aproximamos dos apontamentos realizados por Michael Pollak, por consistir em uma diretriz teórica que sugere a memória como um resultado complexo de relações de poder. Nessa perspectiva situamos a nossa análise acerca da historiografia do Partido Comunista do Brasil.

Partindo da premissa que a produção do conhecimento, sua expressão e reprodução estão atravessadas tanto pelos processos da memória quanto pelas relações sociais e políticas, nos cabe demonstrar que a construção da memória acerca do Partido Comunista do Brasil não se deu de forma autonomamente coletiva. De modo que todos os indivíduos que o compunha participassem de forma equivalente, tendo homens e mulheres a oportunidade de desempenhar papéis de igual relevo. Como é colocado por Pollak, a memória está inserida nas relações de poder que se manifestavam no interior do partido, tendo aqueles que se configuravam como seus “guardiões” ou “senhores” o privilégio de eleger o que seria dito ou não, deste modo os silêncios e esquecimentos se tornam reveladores.

## 4 A MEMÓRIA DO PCB E O SILENCIAMENTO SOBRE A MILITÂNCIA FEMININA

### 4.1 A ATUAÇÃO DAS MULHERES JUNTO AO PCB

Parte significativa da historiografia brasileira debruçou-se sobre a história do Partido Comunista do Brasil, porém, se tratando da participação das mulheres junto a ele, ainda existem lacunas a serem preenchidas. Grande parte dos estudos<sup>37</sup> realizados que se ocupam em discutir a inserção da mulher no PCB voltam suas análises ao período em que este se encontrava na legalidade, entre os anos de 1945 e 1947, quando, motivados pela urgência em alargar suas fileiras e se consolidar como partido de massa há uma preocupação maior tanto em inserir nas discussões as questões referentes às mulheres, quanto à criação de órgãos no interior do partido voltados as suas necessidades. Diminutos são os estudos sobre a trajetória política de algumas personagens femininas que militaram junto ao PCB em seus anos iniciais, a exemplo de Laura Brandão.

Sempre a transitar por espaços essencialmente masculino, primeiro como escritora e poetisa e, posteriormente, como militante comunista, Laura da Fonseca e Silva nasceu em 1891, em Alagoas, migrando posteriormente para o Rio de Janeiro. A fixação de morada no Rio de Janeiro, após o divórcio dos seus pais, Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva e Jacinta Cavalcanti, foi de grande importância para a construção da personagem como poetisa e declamadora. Já em seus primeiros escritos, Laura Brandão sutilmente esboçava sua visão política e seu desconforto com a tradição de dependência da mulher e o puritanismo imposto às mulheres ditas “de família”. Aos poucos foi se afastando dos salões literários e assumindo uma posição de ativista e militante.

Em 1921, Laura Brandão casou-se com Octávio Brandão, um dos líderes e fundadores do Partido Comunista Brasileiro, com quem teve quatro filhas. Após o casamento a já militante se aproximou ainda mais do comunismo, deixando para trás os salões literários para ser vista nas ruas, em greves operárias e reuniões sindicais, assim como na redação do jornal *A Classe Operária*, um dos principais periódicos vinculados ao PCB, lançado em Maio de 1925, onde participou como fundadora juntamente com Octávio Brandão, como diretor e Astrojildo Pereira, um dos fundadores e militantes mais influentes do partido, também como

---

<sup>37</sup>Entre outros estão: ALVES, 2013; TAVARES, 2011; SCHIMIDT, 2008; SILVA, 1996.

redator. Acompanhou de perto seu desenvolvimento e assim a ele se referia: “tenho quatro filhas, Sáttva, Vólia, Dionysia e A Classe Operária<sup>38</sup>”.

Laura Brandão é sempre retratada de forma combativa e intensa em episódios que relatam manifestações operárias, como por exemplo, em um comício que ocorreu na Praça de Mauá, em apoio a greve dos gráficos de São Paulo, no Rio de Janeiro, em Maio de 1929, no qual fez um pronunciamento vigoroso em defesa dos trabalhadores e contra a truculência da polícia<sup>39</sup>. Demonstração da sua conduta impetuosa se deu também em um episódio onde Laura Brandão ao acompanhar uma discussão nas galerias do Conselho Municipal, onde um intendente ao lançar pesadas críticas as mulheres soviéticas, se dirige a ela de modo hostil, fazendo menção a sua participação no movimento operário, afirma que “lugar de mulher é no lar”. A militante não se conteve e os dois começaram uma acalorada discussão, com esta finalizando, apesar de ter sido mandada calar diversas vezes, com um discurso sobre qual era o lugar e o papel da mulher na sua opinião, exemplificando com a atuação de Anita Garibaldi (BERMARDES, 2007. p. 113).

Outro episódio de destaque da sua atuação em público foi descrito por Lia Correia Dutra, companheira militante:

A primeira vez que vi Laura foi numa manifestação, em frente à Câmara de Vereadores, dissolvida violentamente pela polícia. Havia, no meio dos manifestantes, uma mulher que se destacava pela coragem – diria quase: pela agressividade. Sobre sua cabeça choviam os golpes de cassetetes; assim mesmo ela conseguiu desvencilhar-se, subiu a um banco e de pé, com uma bandeira na mão, gritou qualquer coisa que não me lembro, um viva ou uma reivindicação. Logo a arrancaram do banco e a arrastaram aos repelões, até que a intervenção de algum dos intendentes a libertou e eu a vi ser levada para o saguão da Câmara<sup>40</sup>.

Fontes atestam o veemente compromisso da militante com a causa operária e os trabalhos junto ao PCB, cartas<sup>41</sup> de Laura Brandão aos integrantes do partido, familiares e militantes de renome e figuras públicas fora deste, não nos deixa dúvidas quanto a sua contribuição. Entre estas correspondências<sup>42</sup>, se destacam aquelas que foram enviadas ao Brasil no período em que Laura Brandão se encontrava no exílio, pelo grande volume e

<sup>38</sup>O trecho se encontra documentado no manuscrito do livro *A imagem de Laura Brandão*, escrito por Octávio Brandão, no ano de 1947. Pasta 120, Fundo Octávio Brandão - Arquivo Edgar Leuenrouth – UNICAMP.

<sup>39</sup>Ibid. Pasta 125.

<sup>40</sup>Depoimento de Lia Correia Dutra, em 28 de julho de 1958. Pasta 123, Fundo Octávio Brandão - Arquivo Edgar Leuenrouth – UNICAMP.

<sup>41</sup>Toda a documentação referida encontra-se hoje armazenada no Arquivo Edgar Leuenrouth – UNICAMP, no Fundo Octávio Brandão e na Biblioteca Municipal Mario de Andrade – São Paulo.

<sup>42</sup>O número de correspondências de Laura Brandão dispostas no Fundo Octávio Brandão, no Arquivo Edgar Leuenrouth, é volumoso. Contudo o estado delas e, principalmente, a caligrafia da militante dificultou o trabalho de transcrição, resumindo as que puderam ser documentadas.



também pela intensidade com que retratava as dificuldades do seu cotidiano. A militante, juntamente com suas filhas, foi deportada do país em junho de 1931<sup>43</sup> para Berlim, e logo depois se mudaram para Moscou, onde trabalhou na rádio como redatora e locutora de programas em português, transmitidos para o Brasil e América Latina. Nunca retornou ao Brasil, ficou doente e lá mesmo faleceu em 28 de janeiro de 1942.

Além das atividades citadas, Lura Brandão também esteve envolvida na criação de associações que visavam dar maior atenção as mulheres e organiza-las em torno da política do partido, como por exemplo, o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, onde foi responsável por sua fundação juntamente com Octávio Brandão, Minervino de Oliveira e Joaquim Nepomuceno. Integravam ainda ao Comitê, com direito a voz e voto, Maria Lopes e Isaura Nepomuceno, mulheres destes militantes, e a operária Rosa Bittencourt, que segundo registros e o próprio Astrojildo Pereira, foi uma das primeiras mulheres a se filiar ao Partido Comunista do Brasil<sup>44</sup>.

Rosa Eugênia Bittencourt era uma destacada militante comunista, tendo ingressado no movimento operário desde muito nova. Desde os sete anos de idade já trabalhava em uma fábrica têxtil na cidade de Petrópolis, onde começou suas atividades sindicais, participando das reivindicações pelo aumento da hora de almoço e descanso, pela diminuição da jornada de trabalho à oito horas, pelo direito a férias e estabilidade no trabalho. Um dos episódios de destaque do início da militância de Rosa Bittencourt, foi aos doze anos de idade, quando tendo sido vítima de “investidas” pelo contramestre da fábrica, o feriu com uma barra de ferro. A partir daí ficou conhecida pelas companheiras por sua coragem no combate aos abusos e a favor das operárias<sup>45</sup>.

A militante ingressou no Partido Comunista do Brasil logo após sua fundação, em 1922, realizou diversos trabalhos de caráter organizativos, ajudava na venda do jornal A Classe Operária, integrou o Bloco Operário Camponês, e se destacou como delegada no Congresso Mundial da Mulher, na URSS, em 1930, onde foi eleita a representar as proletárias brasileiras<sup>46</sup>. Esteve junto ao PCB até sua morte, aos 66 anos<sup>47</sup>.

---

<sup>43</sup>Laura Brandão conta em uma das suas primeiras cartas enviadas a mãe no Brasil, datada de 17 de sempre de 1931, como foi difícil a viagem e como suas filhas sofreram. Pasta 118, Fundo Octávio Brandão - Arquivo Edgar Leuenrouth – UNICAMP.

<sup>44</sup>Dossiê Rosa Bittencourt, Coleção Eloísa Felizardo Prestes - Arquivo Edgar Leuenrouth – UNICAMP.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Nota em jornal não identificado, datado de 16 de junho de 1957, relatando seu enterro, tinha como título: “Rosa sempre lutou em defesa do povo – Com grande acompanhamento popular foi sepultada ontem a veterana militante operária”. Dossiê Rosa Bittencourt, Coleção Eloísa Felizardo Prestes - Arquivo Edgar Leuenrouth – UNICAMP.

Evidencia-se também a participação de Zuleika Alambert, militante que ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1945 e se tornou a primeira mulher a integrar o Comitê Central do partido, fato não muito comum, que segundo ela tinha motivos outros que não a abertura do partido as militantes femininas: “Eu era o álibi. Usada pra dizer tem uma mulher lá e tal” (ZULEIKA apud SOIHET, 2010, p. 01). Possuía um posicionamento bastante crítico com relação às condutas do PCB no tocante a mulher, principalmente quanto a divisão dos trabalhos e a posição subalterna que relegavam as militantes, acusava que o machismo se estabelecia no partido através da conduta dos companheiros. Seus ideais feministas, a que muito se apegou, emergiram de fato quando esteve asilada no Chile, em 1970, onde realizou um trabalho político junto às mulheres brasileiras, “de acordo com algumas fontes, esta seria uma incumbência que lhe foi atribuída pelo Partido Comunista a fim de organizar e conscientizar as mulheres, do que resultou o *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio*” (ABREU, 2008, p. 02).

Posteriormente, nos anos que esteve na Europa, Zuleika Alambert teve um contato profundo com os movimentos feministas, o que a levou a elaborar suas críticas em relação à condição da mulher no Brasil e, principalmente, no interior do movimento operário, acentuando cada vez mais sua insatisfação com PCB<sup>48</sup>. Se define como uma marxista que dedica ao problema da mulher e elabora seu discurso com base na necessidade de abolição da opressão feminina através do fim da dominação de classes

De volta ao Brasil, em fins de 1979, Zuleika Alambert desenvolve esforços para implementar tais ideias. Logo faz uma série de declarações em que tais pressupostos ficam explícitos. Assim é que em matéria realizada, quando de seu desembarque é colocado o seu empenho em participar dos movimentos de emancipação da mulher “que sempre foram a razão da minha vida” completa ela. E, mais adiante, informa que no ano anterior conseguira fazer aprovar no Comitê Central do PCB uma resolução sobre a “Condição da Mulher na Sociedade Brasileira” que admite entre outras coisas, que “seria um erro pensar que a conquista de importantes reivindicações das mulheres só se dará com a extinção do capitalismo”. Na mesma ocasião, em outro jornal já o título da matéria - “Comunista vai lutar contra o machismo até mesmo no PCB” - deixa clara sua aproximação com tais questões. E, mais adiante, completa que não vai haver democracia no Brasil “enquanto as mulheres forem marginalizadas”, acrescentando seu empenho em lutar pela igualdade dos direitos da mulher até mesmo no PCB, pois seus integrantes “como homens da sociedade brasileira trazem toda carga de preconceitos e coisas erradas no tratamento com as mulheres”. Esta é uma tecla, a partir daí, acionada a todo instante, repetindo a sua preocupação de trabalhar junto às mulheres (SOIHET, 2010, p. 08)<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> ALAMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

<sup>49</sup> Os trechos citados por Soihet fazem parte de um entrevista de Zuleika Alambert concedida a ela, em 19 de maio de 2009.

Apesar do intenso trabalho em prol da causa comunista a que as militantes aqui mencionadas se destinaram, como fica evidente através da documentação e dos inúmeros relatos, a elas, e a incontáveis outras mulheres que também se doaram a causa operária e ao partido, foram negada a visibilidade que mereciam, por aqueles que, em dado momento, escreveram a história do Partido Comunista do Brasil. Tratar do silenciamento a que estas militantes foram relegadas, é também tratar da memória, a entendendo como um fenômeno dinâmico e interativo, que está inserido e é resultado de complexas relações sociais, considerando que lembrar e esquecer implicam em movimentos de um mesmo processo. Através da interdisciplinaridade e problematização da memória, se faz possível investigar acerca dos processos e motivações que levaram ao esquecimento da participação das mulheres pelos militantes do PCB ao escreverem suas obras, que viriam a compor inicialmente a historiografia do partido.

#### 4.2 A PRODUÇÃO MILITANTE ACERCA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Os estudos acerca do movimento operário brasileiro são inúmeros e partem das mais diversas perspectivas, acabando por ser constituir em volumoso material disponível para as análises científicas. Em seu texto *A Historiografia sobre a Classe Operária no Brasil: Trajetória, Crise e Perspectivas*, Cláudio Henrique de Moraes Batalha intenciona analisar “as principais tendências de interpretação da história da classe operária” (2001, p.145). Se valendo de títulos que ajudam a ilustrar tais tendências, o autor elege uma bibliografia – como é acentuado por ele, “incompleta e limitada” – referente à Primeira República, período de maior abordagem nos estudos acerca da história operária, perpassando cronologicamente às décadas dos anos 50 ao período em que o texto foi elaborado<sup>50</sup>. O autor argumenta que militantes e ex-militantes foram os pioneiros nas elaborações acerca do movimento operário brasileiro, tendo como principal incumbência reconstruir a trajetória das organizações a que faziam parte, seguida de uma tendência que visava maior aprofundamento ao realizar uma síntese sociológica, onde “estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas”, como por exemplo, “a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento

---

<sup>50</sup>O texto foi apresentado inicialmente no *XIX International Congress of the Latin American Studies Association*, como resultado de reflexões desenvolvidas por Batalha em seus estudos acadêmicos e, posteriormente, integrado a uma coletânea de artigos acerca da historiografia brasileira. BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória, crise e perspectiva. In. Marcos Cesar de Freitas (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.145-158.

sindical da Primeira República” (2001, p. 148). Batalha ressalta ainda que o movimento operário no Brasil e a realidade nacional foram de grande interesse de pesquisadores estrangeiros, os chamados “brasilianistas”, tais estudos alargaram as elaborações acerca do tema e possibilitaram o seu ingresso como objeto de reflexão nas academias.

As elaborações de Cláudio Batalha no mencionado texto nos são caras à medida que este formula o conceito de *produção militante*, referida como uma produção elaborada por não especialistas, em geral jornalistas e advogados, que militaram junto as organizações de esquerda, mais detidamente o PCB, cujos traços característicos são “o estilo hagiográfico; a função legitimadora do papel e das políticas das organizações ou dos indivíduos de que trata; a criação de uma cronologia própria; e a concepção teleológica da história” (2001, p. 147). Tal produção se estabeleceu através das histórias legitimadoras, das efemérides e das memórias, sendo esta última a que se estabeleceu de forma mais promissora ao longo do tempo. Batalha chama atenção ao fato de que, apesar das limitações intrínsecas a *produção militante*, há que se atentar para o pioneirismo que ela carrega, “esses autores militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e hagiográfica, da classe operária em uma época onde só havia espaço para o estudo das classes dominantes” (2001, p.148).

Devido à multiplicidade de análises sobre o movimento operário e a complexidade que elas carregam, principalmente aquelas sob tal designação, como as autobiografias e as obras memorialísticas, necessita-se maior acuidade em seu tratamento, por se tratarem de produções com caráter distintos. As formulações desenvolvidas por Cláudio Batalha mesmo necessitando de maiores esclarecimentos, nos permite olhar para essa produção através de uma nova perspectiva. Problematiza-la é fundamental para uma maior compreensão de como se deu a reflexão sobre o passado, a construção da memória e como se estabeleceu a produção do conhecimento acerca da história do movimento operário, das organizações e dos próprios sujeitos que ali transitaram.

O historiador francês Georges Haupt, em muito influenciou Batalha através da sua análise sobre a produção de militantes e ex-militantes do movimento operário europeu, mais minuciosamente a historiografia francesa, onde notou se manifestar o que chama de “história-tradição”. Imbricada a uma escrita hagiográfica,

sua função essencial é ideológica: ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar de explicação. Desde então, é a percepção que os partidos operários tem de si mesmos e a representação que querem dar que orientam seus discursos históricos. Controle das fontes, atitude voluntarista frente à história, facilitam a tarefa e condicionam o esclarecimento: os fatos que correspondem a versões oficiais são destacados

e considerados essenciais, aqueles que as contradizem ou não servem, na presente conjuntura, são considerados marginais e inoportunos (HAUPT, 1985, p. 215).

As formulações do autor de certo modo nos auxiliam a pensar as produções brasileiras acerca da classe operária e das organizações de esquerda escritas por militantes, contudo seria descuidado submetê-las a generalizações e atribuir-lhes os mesmos aspectos. Há várias nuances no processo da produção historiográfica brasileira a respeito, principalmente no que tange as obras<sup>51</sup> escritas pelos militantes, como é devidamente colocado por Luan Eloy Oliveira em seus estudos acerca do tema:

No tocante as reflexões desenvolvidas sobre a reconstrução da trajetória do PCB, o que pode se estender ao próprio percurso da classe trabalhadora, de suas organizações e lutas no Brasil, a sua reconstrução foi sempre problemática, dificultada sobremaneira pela destruição sistemática de documentos, livros e arquivos pessoais. As condições objetivas da realidade histórica impelem a considerar que a classe operária desprovida de meios de produção, e conseqüentemente, despojada também do direito de registro histórico e mesmo de status de agente histórico não vê senão através do prisma memorialístico, biográfico e autobiográfico, alternativa para não só se inscrever-se na história escrita, como também reivindicar o reconhecimento da sua existência (OLIVEIRA, 2016, p. 18).

Se os anos finais de 1970 e o início de 1980 são marcados, no que concerne a produção historiográfica sobre o movimento operário, por uma maior inserção no ambiente acadêmico e assim são submetidas a maior rigor científico, nos anos anteriores era a *produção militante*<sup>52</sup> que constava como meio primordial de vinculação sobre o tema. Assim, há inteiro alinhamento com a análise feita por Oliveira, pois, sendo os militantes inicialmente os principais autores da trajetória do PCB, o faziam a partir do lugar que ocupavam e do entendimento que lhes era propiciado sobre a realidade onde estavam inscritos. Em especial

---

<sup>51</sup>Entre outras estão: PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962; BARATA, Agildo. *A vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; LIMA, Heitor Ferreira de. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982; DIAS, Everardo. *Memórias de exilado: episódios de uma deportação*. São Paulo, 1920; PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1960; BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

<sup>52</sup>Como foi acentuado anteriormente, a caracterização dessas produções como *produção militante* carece de uma maior elucidação para uma compreensão mais minuciosa sobre os aspectos que as compõem e como estariam estruturadas. Segundo Batalha a obra *Formação do PCB*, do militante Astrojildo Pereira (1962), “reúne todas as características dessa produção” (2001, p.149), e por isso funcionaria como um modelo base. Alguns estudiosos contrapõem tais elaborações, alegando incoerência em diversos aspectos. Optamos por não adentrar essa discussão, pois à nossa pesquisa tal abordagem se faz elucidativa, sem deixar de ser feitas as ressalvas necessárias. Mais sobre por ser encontrado em SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. Porque uma história dos comunistas brasileiros. In. Carlos Zacarias de Sena Junior (Org.) *Capítulos de histórias dos comunistas no Brasil*. Salvador: Edufba, 2015.

na década de 1960 houve um volumoso número de publicações<sup>53</sup> de características memorialísticas por parte de militantes. Suas ocupações ou posição no sentido hierárquico, no partido ou nas organizações, eram irrelevantes, as publicações tinham como propósito salvaguardar para as futuras gerações os ensinamentos acerca da militância, como uma herança, além de apreender o contexto em que estavam inseridos, como é colocado por Leôncio Basbaum no prefácio de sua obra: “acredito que tenho algo para dar ao mundo: a minha experiência” e completa:

tenho algo que contar, da minha vida e da vida do Partido, pois durante muito tempo eles estiveram intimamente entrosados. [...] De qualquer modo acredito que este trabalho será uma contribuição para uma futura história do PCB: como nasceu, viveu e morreu. Mas será mais do que uma história política: será antes uma história humana, o lado humano da atividade revolucionária (BASBAUM, 1976, p.16).

Dessa forma, ao reconstituírem em suas obras autobiográficas e memorialísticas<sup>54</sup> seu processo de militância, buscavam muitas vezes traçar um panorama mais amplo, e acabavam por fundir sua própria trajetória com a do partido ou organização a qual pertenciam. Construindo a partir daí um conhecimento acerca do PCB e do movimento operário de modo geral, um “saber, evidentemente, submetido a regras distintas dos parâmetros acadêmicos, mas que, sem dúvida, era onde se podia buscar com confiança e prestígio o passado dessa organização” (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Parte da história do Partido Comunista do Brasil, escrita pelos militantes que o integravam, fora organizada de forma a ignorar o papel da militância feminina junto ao mesmo, o tornando irrelevante e secundário, por isso se fazem pertinentes as indagações sobre os motivos deste sombreamento a que foram submetidas, cuja tentativa de respostas se encontra no percurso desta pesquisa. Tais publicações<sup>55</sup>, as quais por muito tempo se configuraram, e ainda de certo modo se configuram, como parte da historiografia do PCB<sup>56</sup>,

---

<sup>53</sup>Sobre o contexto que propiciou o aparecimento de tais publicações, ver: OLIVEIRA, Luan Eloy. *Memória e História das Lutas Sociais no Brasil: um estudo sobre a obra de Everardo Dias (1962)*. Universidade Estadual da Bahia: Vitória da Conquista, 2016. Dissertação de Mestrado.

<sup>54</sup>A respeito, ver trabalhos desenvolvidos por Benito Bisso Schmidt que, no cenário historiográfico nacional, tem se destacado fundamentando grande parte das produções recentes e realizando progressos no que se refere à biografia no campo da história (SCHMIDT, 1997; 1998; 2008). Somam-se estes a autores que auxiliam em uma compreensão mais ampla acerca do retorno e da legitimidade da biografia à ciência histórica: DOSSE, 2009; AMADO, FERREIRA, 2006; BORGES, 2006.

<sup>55</sup> Este recorte documental faz parte de um vasto conjunto de publicações dos militantes do PCB. Como critério inicial para a seleção optou-se pela intensidade de participação no Partido e contribuição teórica-intelectual, além das características já mencionadas que designam as produções.

<sup>56</sup> Apesar da recusa quanto à inserção dessas obras pela historiografia atual, por argumentarem a respeito do seu caráter ideológico, pessoal e lacunar, foram diversas vezes incluídas sem o devido tratamento crítico, sendo integradas como narrativas inquestionáveis do passado. Mais a respeito em SCHMIDT, Benito Bisso. *O gênero*

necessitam ser problematizadas de maneira que não sejam utilizadas de forma reprodutiva, mas sim como importantes fontes documentais para a compreensão da trajetória do PCB.

A começar pela obra autobiográfica *Combates e Batalhas*, de Octávio Brandão, publicada no ano de 1978<sup>57</sup>, dois anos antes de sua morte. Brandão<sup>58</sup> se destacou como um importante militante comunista, dando início a sua trajetória política como libertário ainda em sua cidade natal e, posteriormente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde acabou por reformular suas convicções se integrando ao PCB, logo depois da sua fundação em 1922 e dele nunca se desligou. Muitas foram as contribuições de Brandão a luta proletária como combatente e intelectual, escreveu algumas obras ao longo da sua militância com o intuito de sanar a debilidade teórica que acreditava ter os militantes comunistas brasileiros. Ainda assim, o autor afirma ter sido “boicotado por todos os lados”, e ser vítima de uma “conspiração do silêncio”, alegando não ter recebido o devido crédito e valor que era merecedor por sua vida, obra e luta (BRANDÃO, 1978, p. 28), nesse sentido sua autobiografia trataria de combater esse sombreamento que alega ter sofrido.

Sua obra autobiográfica, sobre a qual nos deteremos, carrega também o intuito de “evocar as recordações, fazer o balanço dos combates travados e experiências vividas – em vista do presente e do futuro” (1978, p. 23). Começa sua narrativa de forma minuciosa e factual, tentando recuperar toda sua trajetória de vida, desde os anos iniciais na pequena cidade de Viçosa, no interior de Alagoas, até sua intensa jornada como militante, período em que se detém com maior afinco, a fim de cumprir, como destaca, o dever político para com a classe operária e consigo. No prefácio, Paulo Sérgio Pinheiro justifica a importância da obra por se tratar de “um monumental documento histórico, raro na nossa historiografia”, sendo seu maior mérito “a visão global da sociedade brasileira de seu tempo” (BRANDÃO, 1978, p. 18). Sem dúvida o escrito de Octávio Brandão se configura como importante relato sobre a conjuntura política e social das primeiras décadas do Brasil republicano, bem como um estudo sobre o movimento operário e, por conseguinte, da história do Partido Comunista do Brasil, e por assim ser não poderia deixar de compor a bibliografia documental aqui analisada.

---

*biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação*. Revista anos 90, nº 06, p.165-192. Porto Alegre, 1996.

<sup>57</sup> Apesar de ser publicada apenas em 1978, essa obra se constitui de textos escritos em momentos anteriores, apenas reeditados sem grandes alterações, publicados em jornais e revistas, como é o exemplo de “Vida vivida: recordações”, publicado em 1962.

<sup>58</sup> Devido ao volume de pesquisas a respeito do militante, referenciamos um que se destaca como trabalho que sintetiza toda sua trajetória. Ver: AMARAL, Roberto Mansilla. *Uma memória silenciada: ideias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão (1917-1980)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

A seguir Brandão nessa empreitada estavam outros militantes, como Leôncio Basbaum, que não renunciou ao propósito de “refletir sobre o seu passado” (1967, p.13), na obra, também autobiográfica, *Uma vida em seis tempos*, publicada postumamente em 1967. Filiou-se ao PCB em 1926 e junto ao partido realizou com veemência diversos trabalhos, foi designado a fundar a Juventude Comunista, passando a integrar a Comissão Central Executiva do partido<sup>59</sup>, mesmo sendo ainda bastante jovem, criou a primeira célula comunista da faculdade de medicina, oferecia cursos ao operariado onde discutia obras como *O Capital*, auxiliava na venda e distribuição do jornal *A Classe Operária*, trabalhou também como jornalista e publicou alguns livros de análise política<sup>60</sup>, desempenhou papel de destaque em diversos episódios importantes da história do PCB antes do seu afastamento em 1958. Muitos foram os fatores que fizeram com que Basbaum rompesse com o PCB, assim como as divergências expostas em inúmeras discussões travadas no interior do partido, expostas em sua autobiografia, onde busca perfazer sua trajetória desde o início. Aqui não nos cabe adentrar com profundidade os pormenores destes episódios, nos é primordial pensar sua obra como um espaço de construção de memória, cuja trajetória política do militante e do Partido se estabelece em uma simbiose capaz de produzir um conhecimento acerca de um contexto amplo, como acredita o autor, “este trabalho será uma contribuição para uma futura história do PCB: como nasceu, como viveu e morreu. Mas será mais que uma história política: será antes uma história humana, o lado humano da atividade revolucionária” (1967, p. 116).

Nesta mesma perspectiva inclui-se *Vida de um revolucionário*, obra de Agildo Barata, publicada no ano de 1962. Este talvez seja o militante mais citado em outras memórias, e também o que possui uma das trajetórias mais intensas, e por vezes, controversas da história do Partido. Sua jornada política tem início como oficial no Rio de Janeiro, onde se aproximou do tenentismo nos anos de 1920, esteve presente na “Revolução de 30” e posteriormente, em São Paulo, participou da “Revolução Constitucionalista” no ano de 1932, o que lhe rendeu o exílio em Portugal, se dedicou também à organização da Aliança Nacional Libertadora, somando assim mais alguns anos de cárcere devido a Insurreição de 1935. Após seu regresso do exílio passou a se dedicar mais detidamente ao marxismo, tendo em mente, segundo ele,

---

<sup>59</sup>No ano de 1930 Basbaum se afastaria da Comissão Central do partido, devido ao processo de “proletarização” ou “obreirismo”, diretriz soviética que se desdobrou de diferentes formas pelos partidos comunistas de diversos países. Em síntese, carregava a concepção de que os partidos comunistas deveriam pertencer ao proletariado, sua base fundamental, estes deveriam ocupar a estrutura partidária e os cargos mais elevados em seu interior, se caracterizando como uma vanguarda revolucionária. Tal fato acabou por afastar do PCB muitos militantes que compunham os quadros de direção. CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração* (1922-1972). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

<sup>60</sup>BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. Vol I. e Vol II. São Paulo: Edições LB, 1962; Vol. III. São Paulo: Edaglit, 1962; Vol IV. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1968.



duas ideias que iriam nortear a sua vida dali adiante, seriam elas a “repulsa ao fascismo e plena convicção de que a solução do problema social era o socialismo científico e democrático por K. Marx e F. Engels” (BARATA, 1978, p.227).

Norteador por esses ideais ingressou no Partido Comunista do Brasil, cuja participação foi intensa – entregou-se “de corpo e alma a ao trabalho de organização e engrandecimento do PCB” (1978, p.350) – onde permaneceu até maio de 1957. O desligamento de Agildo Barata do PCB norteia, em partes, os motivos da publicação da sua autobiografia, pois desapontado com o núcleo dirigente do partido, depois de alguns desentendimentos e episódios onde alega ter sido insultado e caluniado<sup>61</sup>, demonstra uma vontade de direito de resposta as injustiças que lhes foram direcionadas, e ressalta diversas vezes seus ideais e seu papel como revolucionário, a fim de negar as críticas feitas por companheiros militantes. Mas, para além de tais motivações, os escritos de Barata nos fornecem um rico material de análise de momentos importantes da história política e social do Brasil, bem como o *modus operandi* do PCB, através da mescla de episódios da sua vida particular e sua trajetória política.

A obra *O Retrato* do escritor e jornalista Osvaldo Peralva também se destaca nesse rol, por se tratar de uma publicação tida como importante fonte de informação no que se refere as relações internas no PCB, bem como sua inserção em um contexto mais amplo, e sua interação com o Partido Comunista soviético, pois logo após sua entrada no partido, em 1942, passou a representar o Comitê Central do PCB no Kominform. As elaborações do autor sobre o seu percurso como militante vão sendo incorporadas aos acontecimentos relativos a história do PCB – como ocorre nas obras já citadas – , contudo, suas reflexões são permeadas pela desilusão, sentimento perceptível em toda a obra através das críticas que são destinadas ao Partido. Peralva (1960) afirma: “aqui registro fatos e impressões, por vezes afloro alguns problemas. Relato a experiência de um jovem que, sob a Ditadura do Estado Novo, saiu em busca da liberdade e caiu nas malhas de uma organização totalitária. Falo do que vi na URSS e do que sei sobre o bolchevismo, sobretudo do que vi de decepcionante e injustificável”<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> “Ele conta que, quando soube que Kruchev havia escrito um relatório acusando Stálin das mais diversas atrocidades, demorou muito a acreditar que fosse possível algo assim. Defendeu-o em várias ocasiões, até que soube, de fontes confiáveis, que o relatório não era falso, e que realmente muito do relatado havia ocorrido, e possivelmente mais do que foi dito. A partir dessa informação, resolveu cobrar do Partido, uma revisão de todo o programa do PCB, visto que este tinha sido construído como um núcleo brasileiro do Partido Comunista Soviético, dirigido por muito tempo por Stálin. Porém, suas propostas foram recusadas pelo núcleo dirigente do Partido. (...) Por conta disso, abandonou o partido, mas não revelou os motivos em sua carta. Apenas uma semana depois de seu pedido de afastamento o núcleo dirigente respondeu com uma matéria no jornal Voz Operária, onde relatam sua expulsão e lhes são dirigidas calúnias e insultos”. ANTONACI, Giovana de Abreu. *Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945)*. Universidade Federal Fluminense, 2014.

<sup>62</sup> Os relatos de Osvaldo Peralva e as constantes críticas direcionadas ao PCB em sua obra acabaram por gerar reações de diversos militantes, entre eles Prestes, que em uma entrevista no ano de 1964, destinou a publicação

A intenção em apresentar tais obras e seus autores, mesmo de forma bastante sucinta, é analisar os pressupostos que carregam como publicações acerca da trajetória do Partido Comunista do Brasil, bem como averiguar o caráter biográfico e memorialístico que as determinam, configurando estes como espaços possíveis para expressão de posicionamentos individuais e reelaboração das suas vivências políticas, além do caráter utilitário, ao garantir aos militantes posteriores o conhecimento baseado na experiência. Tais assertivas se impõem como aspectos fundamentais para a compreensão do processo de construção da memória, pois, sendo ela originária de um “verdadeiro trabalho de organização”, a partir do qual o sujeito “grava, recalca, exclui e relembra” (Pollak, 1992, p. 204), responde as demandas do presente e futuro. Sendo assim, os militantes ao elaborarem suas obras determinam, através de um movimento consciente ou inconsciente, aquilo que ali deverá constar ou não, realizam essa ação seletiva em resposta as demandas do grupo ao qual pertencem e da conjuntura que estão inseridos. Desse modo, as diretrizes teóricas aqui já sublinhadas, concernentes ao campo interdisciplinar da Memória, possibilitam, através das suas categorias em funcionamento e seus instrumentos de investigação, um trabalho de análise das obras elencadas.

As obras aqui descritas convergem sobre o fato de apresentarem de forma muito pontual, ou até mesmo não apresentarem, a participação de mulheres que militaram junto ao PCB. Como é o caso de *Vida de um revolucionário*, obra de Agildo Barata, onde não se encontra nenhuma passagem que consta a atuação de alguma militante feminina, apesar de trazer diversos companheiros e sua estreita relação com alguns deles, além dos relatos cobrirem um período extenso, desde as décadas de 1930 a 1960, e ter participado ativamente de diversas atividades do Partido e momentos importantes. O mesmo ocorre na obra de Osvaldo Peralva, *O Retrato*, que cobre os fatos de 1953 a 1957. Mesmo não se tratando de um período tão longo, relata de forma intensa sua participação no PCB e seu papel como representante do Comitê Central do Partido, que lhe possibilitou contato com diversos segmentos do movimento operário. Contudo, ao relatar sua trajetória política faz menção muito pontual às companheiras de partido, uma delas é sua esposa, cujo nome não é citado.

Ao relatar o episódio em que é comunicada sua partida à Moscou, descreve os sentimentos dúbios que o perseguiram, a satisfação por ter sido designado a tal função e o desalento em deixar sua esposa e filha por tempo indeterminado. Se indagava sobre o porquê

---

adjetivos depreciativos. Assim se referiu em uma entrevista a um programa de televisão: “um rol de mentiras, trabalho de provocador policial, um livro de segunda categoria que não merece nenhuma atenção, porque é realmente um livro de um renegado, um desprezível”. SOUZA, Sandra Regina B. S. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes inúteis*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. Tese de Doutorado.

de não mandarem os solteiros na realização dessa tarefa ou mesmo enviar sua companheira consigo, já que ela era veemente militante, como salienta: “Ela trabalhava ativamente no Partido e sempre deu prova de combatividade, realizando tarefas arriscadas, portando-se com bravura ante a polícia e o cárcere – por que não irmos juntos?” (PERALVA, 1960, p. 17). Sua esposa também demonstrava indignação com esse tipo de imposição e, segundo ele, questionou diversas vezes por que a esposa de Prestes o acompanhava em missões que ocorriam em outras localidades, mas mesmo em concordância com ela, diz: “tratei de defender, perante ela, a “justeza” dessa medida, e liquidei o assunto, fingindo-me irritado e acusando-a de incompreensão política. Para mim era doloroso fazer isso, mas só me restava uma coisa: trincar os dentes e fazê-lo”.

A maneira como Peralva salienta o trabalho da esposa junto ao partido – “ativamente” e de forma “combativa” – e as indagações que faz dos motivos dela não poder acompanhá-lo em missão, denota que havia uma relação estreita entre esta e o PCB. Deixa subtendido que houve diversos episódios em que a esposa esteve envolvida com o partido, como na passagem “realizando tarefas arriscadas” ou “portando-se com bravura ante a polícia e o cárcere”, contudo, não faz menção a atuação da esposa em nenhum outro momento ao longo da obra, nem mesmo cita o seu nome. Ao relatar sobre sua relação com outros companheiros de partido, no Brasil ou durante sua estadia na União Soviética, também não menciona nenhuma figura feminina<sup>63</sup>.

Na obra de Octávio Brandão, *Combates e Batalhas*, o pecebista também cita sua esposa Laura Brandão, que apesar do seu trabalho como militante comunista, não chegou a ter grande visibilidade. Em sua trajetória política, como já foi mencionado, consta diversas passagens em que esteve a serviço do PCB, desenvolvendo trabalhos de caráter organizativo, de agitação e propaganda, atuando como tradutora das cartas de correspondentes operários, no Brasil e em Moscou, durante seu exílio. Na autobiografia de Brandão constam passagens em que Laura Brandão se encontra inserida, algumas delas retratada como esposa zelosa, que “velou pela vida, saúde e liberdade do esposo” (BRANDÃO, 1978, p.303), e mãe dedicada aos cuidados e a educação das filhas. Em outras passagens Brandão aborda a conduta combativa de sua companheira e sua determinação à luta junto ao proletariado:

---

<sup>63</sup>Ao final da obra, no apêndice, Peralva traz uma série de documentos, entre eles um denominado “Balaço dos Debates (1956-57)” que diz se tratar de opiniões críticas sobre o PCB e seu Programa, e também sobre o PCUS e a URSS emitidas por membros da direção ou indivíduos por ela indicados, onde consta o depoimento de vários outros integrantes que já haviam sido mencionados anteriormente pelo autor e os depoimentos de Lurdes Nascimento, que se diz membro de uma base comunista, Ivete Soares e Thelma de Carvalho, ambas se definem como membros do partido, esta é a única menção a tais militantes.

Laura, desde 1919, fez estudos sobre os problemas sociais. Partiu do realismo da luta, dura, difícil e dolorosa. Foi empolgada pelo amor, pelas convicções ideológicas e pela experiência da vida. Então, renunciou a tudo. Renunciou à fama literária, às posições sociais, aos salões aristocráticos. Passou a viver na pobreza e no sacrifício. Dedicou suas energias aos trabalhadores. [...] Laura foi aos sindicatos, as fabricas e oficinas, bairros operários e subúrbios pobres. Participou ativamente das lutas democráticas da época. Defendeu as reivindicações dos operários, das operárias e de todo o povo. Em 1928, foi uma das fundadoras do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, a primeira associação das massas femininas. Sempre chamou as mulheres à organização pelo melhoramento das condições de vida e trabalho. Sempre sustentou com a maior energia os direitos e a dignidade da Mulher Brasileira (BRANDÃO, 1978, p. 159-160).

Esta descrição se encontra no capítulo IV, “Terceira Etapa – A Juventude”, onde o autor relembra os anos de 1919 a 1931, sua saída de Alagoas, terra natal, seu contato com o marxismo, seu ingresso no PCB e entre outros fatos, seu encontro com Laura Brandão. A partir daí faz uma breve apresentação sobre ela, escrevendo novamente a seu respeito mais adiante, em um tópico denominado “As Mulheres”, ao tratar mais especificamente sobre a fundação do Comitê das Mulheres Trabalhadoras pelo Bloco Operário e Camponês, sob a influência do PCB, cujos criadores foram Laura Brandão, o próprio Octávio Brandão e os companheiros de partido Minervino de Oliveira e Joaquim Nepomuceno. Segue em poucas linhas delineando as funções do Comitê e seu trabalho junto as mulheres operárias, destaca o pioneirismo do trabalho realizado e a importância da organização para as mulheres militantes:

Pela primeira vez no Brasil, em 1928, em nome do Bloco Operário e Camponês, simples mulheres do povo trabalhador fizeram discursos aos operários, chamando-os à organização e à luta. Entre elas Maria Lopes e Isaura Nepumuceno, esposa de Joaquim Nepomuceno (BRANDÃO, 1978, p. 348).

Destaca que o Comitê realizou significativo trabalho de mobilização entre o contingente proletário feminino, congregando um bom número de mulheres, das quais “umas aderiram ao PCB, outras fizeram tudo pelo PCB”. Ao final não deixa de destacar que “entre as mulheres mais ativas” estava Laura Brandão. Não faz referência no decorrer da obra a nenhuma outra personagem feminina que esteve ligada ao Partido Comunista do Brasil, levando a crer existir certa predileção em enaltecer a participação de sua esposa Laura Brandão, apesar de se ter documentada sua ativa participação no movimento operário e sua estreita ligação com o PCB, como foi exposto anteriormente.

Essa predileção a Laura Brandão que visualizamos na obra *Combates e Batalhas*, se caracteriza pelo fato de não conter em toda ela referência a militância de nenhuma outra mulher, o que denota uma seleção por parte de Octávio Brandão a episódios que ali gostaria

de inserir. De certa forma, poderíamos dizer que, Brandão tentou oferecer a sua esposa a visibilidade que achava que esta merecia – o que não justifica a não inclusão de outras militantes com quem tinha relação de proximidade, como as companheiras, esposas de outras militantes, que cita rapidamente – sendo este seu propósito ao escrever uma biografia<sup>64</sup> de Laura Brandão, que não chegou a ser publicada. O motivo da não publicação da obra sobre a comunista foi uma carta, escrita em 1947, por Astrojildo Pereira, um dos fundadores e militantes mais influentes do partido, onde este vetava a biografia alegando que a personagem não possuía grande destaque na literatura nacional e que o público não a reconhecia como uma grande escritora, além de se tratar de um livro mal escrito, sugere assim, não publicá-lo e livrar o autor e o PCB das duras críticas que poderiam lhes serem dirigidas (BERNARDES, 2007, p.15). Nesse sentido, a produção militante, a publicação biográfica neste caso, se configura como um empreendimento de disputa pela memória, mais detidamente do PCB e do movimento operário, por esta ser um espaço de poder e conflito onde os interesses antagônicos se manifestam. A memória está pautada em “um verdadeiro trabalho de organização”, cujo processo de construção se baseia na rememoração, limitação, exclusão ou exaltação realizada pelo indivíduo, sempre pautada em suas relações sociais, políticas e pessoais (POLLAK, 1992, p. 204).

Maria Elena Bernardes, em sua obra *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*, observa, através de uma matéria do jornal *A Classe Operária*, como Octávio Brandão leva os créditos – “era de braços abertos que Octávio Brandão recebia as cartas dos operários. [...] Dedicava-lhe horas seguidas, com meticulosidade, revendo-as, tornando-as publicáveis” – pelo trabalho de tradutora das cartas que Laura Brandão realizava. A autora pontua, “entretanto o próprio Brandão admite que era Laura quem editava as cartas dos trabalhadores” (2007, p. 100) e salienta a insistente omissão do partido em relação ao trabalho realizado pela militante.

Outra alusão a Laura Brandão encontra-se na obra de Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos*, ao escrever sobre sua proximidade a Octávio Brandão, relata um dos seus encontros para tratar do jornal *A Classe Operária*, ao qual este era encarregado da redação e direção, que se deu na casa do companheiro de partido. Descreve Laura Brandão como “uma mulher inteligente e culta”, escritora de poemas, muito ligada ao marido, e completa: “era agradável visitar a casa deles, onde tudo estava sempre bem arrumado, e sempre havia um cafezinho para nos servir” (BASBAUM, 1967, p. 66). Em momento nenhum se refere a Laura

---

<sup>64</sup> O manuscrito do livro que tem como título *A imagem de Laura Brandão*, escrito por Octávio Brandão, em 1947, encontra-se no Fundo Octávio Brandão, no Arquivo Edgard Leuenrout, pasta nº120.

Brandão como militante ou cita algum episódio em que esteve inserida, fato provável de acontecer já que atuaram no jornal *A Classe Operária* concomitantemente.

A militante que de fato comparece nos escritos de Basbaum é Cina, esposa de Fernando – possivelmente Lacerda –, também companheiro de partido. Com ela teve algumas desavenças, a primeira surgiu em uma reunião do Comitê Central do PCB, do qual era membro. Assim relata,

A divergência surgiu em torno de sua convocação para o CC [*Comitê Central*]. Fui contra sua convocação por achar que era muito nova no Partido, cerca de um ano, na ocasião, e não tinha condições nem qualificações para um cargo de responsabilidade. Ficou então resolvido que assumisse apenas um cargo técnico: seria responsável pelo secretariado e pelo serviço burocrático em geral, o que lhe dava todavia uma importância tremenda, como se verificou depois. Ela fazia a correspondência, mantinha contato com as direções regionais, guardava o arquivo, expedia cartas para o exterior, e para isso tinha todos os endereços. Mas nenhuma participação política (BASBAUM, 1967, p. 115).

O autor segue relatando várias reuniões do Comitê Central em que algum desentendimento tornava o encontro inviável, devido a discordâncias de posicionamento, na maioria deles entre ele e Cina, a quem, mais de uma vez, se referiu como “influência perniciosa”. Em um desses episódios em que houve uma votação e o pecebista saiu vitorioso contra sua companheira de partido, narra: “Cina se pôs a chorar porque havia perdido. Também minha paciência tinha limites. Então, com raiva, exclamei: “Isso, camaradas, não é comunismo, é mulherismo!””. A resposta a sua reação foi dada pela militante e acompanhada por outras, o acusaram de “ser contra as mulheres” e ter “um conceito burguês sobre as mulheres e o comportamento feminino” (BASBAUM, 1967, 117). Basbaum foi repreendido por conta dos seus modos inadequados e lhe foi exigido que apresentasse uma carta ao Comitê confessando e reconhecendo os seus erros, e que “estava ainda imbuído de preconceitos pequeno-burgueses”. A forma como Basbaum se refere às mulheres militantes em sua obra atinge também Patrícia Galvão, a Pagu, ao retratar seu desgosto por aqueles, principalmente intelectuais, que acreditava não levarem a sério a militância e trabalho do partido:

Um desses elementos, podemos dizer perniciosos, era uma moça (poetisa) chamada Pagu, que vivia, às vezes, com Oswald de Andrade. Ambos haviam ingressado no Partido, mas pra eles, tudo aquilo lhes parecia muito divertido. Ser membro do PC, militar ao lado de operários autênticos, tramar a derrubada da burguesia e a instauração de uma ditadura do proletariado, era sumamente divertido e emocionante (BASBAUM, 1967, p. 119).

Para além dos trechos citados não há mais alusão feita por Leôncio Basbaum a outras figuras femininas, como nas outras obras aqui descritas, a menção as militantes femininas

aparecem de maneira bastante pontual, em nenhum momento vê-se tratar da relação estabelecida entre os autores, enquanto militantes, e essas figuras.

Torna-se evidente o quão problemática se deu a inserção da mulher e seu estabelecimento no movimento operário e mais especificamente no Partido Comunista do Brasil, de modo que, é importante perceber como as práticas de subvalorização e marginalização da mulher estão presentes no interior do PCB, através dos discursos proferidos pelos militantes, perceptível na fala de Leôncio Basbaum, por exemplo, ao referir a Cina como pessoa “sem condições nem qualificações para um cargo de responsabilidade”, além dos termos pejorativos utilizados para designa-las, e outros carregados de sentido, como “mulherismo”, evidenciando a forma como se estabelecem ali as relações de gênero.

Através de algumas passagens das obras autobiográficas expostas é possível notar como a fala dos militantes se encontrava, por vezes, imbuída de concepções difundidas pela sociedade capitalista, no que tange o reforço da reprodução de valores acerca do papel feminino, estabelecendo graus de importância e funções determinantes. Tais concepções se encontravam em funcionamento no interior do Partido Comunista do Brasil, de forma a ir de encontro com os ideais comunistas apregoados racionalmente, sendo assim, o Partido se estabelece como quadro fundamental de ancoragem para rememoração dos militantes, a partir do qual escreveram as obras que vieram a compor a história do PCB, cuja inserção das mulheres foi relegada.

O esquecimento a que foram sujeitas as mulheres militantes encontra-se documentado nas páginas da *produção militante* aqui apresentada, pois, as poucas vezes em que são citadas, os autores a fazem de maneira irrisória e sem comprometimento. A comprovação da participação dessas mulheres não é algo sujeito a questionamentos, posto que, como foi demonstrado, inúmeros são os relatos da intensa atividade do contingente feminino junto ao movimento operário e ao PCB, além da historiografia<sup>65</sup> atual que muito tem se esforçado para inserir essas mulheres como sujeitos agentes da história do movimento operário brasileiro. Estas não só integraram as fileiras do Partido Comunista do Brasil, como também trabalharam de maneira obstinada em prol da causa proletária, ultrapassando obstáculos de toda ordem.

---

<sup>65</sup>Entre outras: RAGO, 1985; SILVA, 1988; SOIHET, 1997; RAGO, 1997; CUNHA, 2000; DEL PRIORE, 2001; PINTO, 2003; PERROT, 2005.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões teóricas e análises da bibliografia e fontes documentais aqui expressas, através da instrumentalização da memória, em uma abordagem que optou por privilegiar sua interdisciplinaridade, se fez possível alcançar uma compreensão mais apurada e completa do objeto de estudo, ao se conceber a memória como um fenômeno construído, dinâmico e interativo, resultado de um complexo processo, onde estão envolvidos os agentes sociais e suas relações. Trazer teóricos desse campo de estudo, que partem de diferentes perspectivas, para dialogar foi de extrema importância para se alcançar uma compreensão mais ampla da sociedade e como nela se estabelece o funcionamento da memória.

Assim, ao eleger Halbwachs e Pollak como principais diretrizes teóricas, aproximando-os quando pertinente e compreendendo suas limitações e avanços, tinha como intuito primordial compreender a memória como fenômeno coletivo e seu papel na criação do sentimento pertença e identidade, em funcionamento nos grupos sociais. As elaborações e categorias halbwachianas nos foram caras, à medida que este estabelece a memória como um fenômeno coletivo, que se dá através da interação entre o indivíduo e o grupo, estabelecendo os *quadros sociais da memória*, como valores, práticas e concepções a partir dos quais os indivíduos se lembram. Avançar em tais elaborações também se fez essencial, a medida que necessitava-se compreender as fissuras e conflitos no interior dos grupos. Aprender como estas se processam e de que forma se estabelecem na relação entre o indivíduo e o grupo aos quais pertencem se deu através das formulações desenvolvidas por Pollak, para quem o caráter conflitivo e o processo de seleção são aspectos fundamentais do processo de construção das atividades mnemônicas. Tais teorizações sobre a memória permitiu vislumbrar a respeito dos silenciamentos, ao considerar que lembrar e esquecer consiste em movimentos de um mesmo processo, e desse modo tentar responder as indagações acerca do silenciamento sobre a militância feminina por parte dos militantes que escreveram as obras que compõem a historiografia do Partido Comunista do Brasil inicialmente.

Ao cabo dessa dissertação, cujos objetivos eram demonstrar que houve de fato um silenciamento da militância feminina, posto que, os militantes do PCB, ao escreverem suas memórias e a trajetória política do Partido, em obras que vieram a compor sua historiografia, não deram o devido espaço as mulheres que militaram junto a eles no movimento operário e, principalmente nas fileiras do partido, a participação feminina no Partido Comunista do Brasil, comprovada através de um conjunto documental aqui expresso, o qual contrapõem a



ausência sistemática destas nos relatos dos militantes em suas obras autobiográficas, onde relembram suas trajetórias política.

Pode se concluir como um dos motivos para tal esquecimento, em essência, a marginalização e a subvalorização a que as mulheres estão sujeitas na sociedade capitalista, visto que, esta se constituiu tendo como base as relações estabelecidas entre os sexos na determinação dos lugares destinados a homens e mulheres, assim relegou a estas posições marginais e de valor menor, em detrimento da posição de superioridade daqueles, em todas as esferas sociais. Ao passo que, inserido nessa realidade, o Partido Comunista do Brasil, mesmo assumindo posições ideológicas contrárias ao modo capitalista e baseadas na igualdade entre os indivíduos, acabou por reproduzir tais valores e concepções, fomentando uma identidade da mulher e do homem, que os aloca em determinadas funções e estabelece graus de importância, afirmações que ficam claras no decorrer dos capítulos onde são explicitadas a forma de estruturação dos quadros do PCB, dos trabalhos destinados as mulheres, nos discursos proferidos e etc.

A partir de tal análise, juntamente com a abordagem da memória, foi possível constatar que o Partido Comunista do Brasil se configurou como quadro fundamental para a rememoração dos indivíduos que a ele se atrelaram e escreveram sua história. Desse modo, a marginalização e subvalorização das mulheres militantes vigentes no interior do Partido, reprodução da sociedade capitalista, se situam como valores e concepções a partir dos quais os militantes pecebistas elaboraram suas memórias sobre a construção do PCB e sua trajetória política, e assim escreveram as obras que vieram a compor a historiografia inicial do Partido Comunista do Brasil, na qual não deram o devido espaço a participação das muitas mulheres que junto a ele militaram.

Apesar dos esforços empreendidos, este trabalho se encerra de maneira lacunar, devido a diversos motivos. Um deles se trata da quantidade extensa de obras que compõem a historiografia do PCB, de caráter militante, sendo possível, devido as condições da pesquisa, eleger um reduzido número delas para análise. Esse fato, impede, de certa forma, que seja feita um estudo mais amplos, onde fatores diversos sejam colocados em perspectivas. O mesmo vale para a documentação de que se trata a participação das mulheres. Nesta exposta encontrou certa dificuldade do exame detalhado, pois, apesar de se constituir em um rico e vasto material documental – inteiramente disponível no Arquivo Edgar Leuenrout, na Unicamp e na Biblioteca Municipal Mario de Andrade, em São Paulo – as cartas, periódicos e recortes, principalmente os que tratam de Laura Brandão e Rosa Bittencourt, foram de difícil transcrição, devido à caligrafia e as condições de conservação. Tais fatos impedem, de certa

forma, que seja feita um estudo mais amplo, onde fatores diversos sejam colocados em perspectiva e uma série de questionamentos sejam verificados com maior acuidade. Apesar disso, o trabalho carrega o mérito de advertir sobre a necessidade de análise sobre a produção militante e as obras que integraram a historiografia do Partido Comunista do Brasil, em determinado momento, e que ainda são, em dada medida, tomadas como relatos inquestionáveis da construção do PCB e do movimento operário, de modo geral. Problematizar essa produção a situando como fonte documental e histórica é uma necessidade que se faz presente de forma insistente. Assim como, resgatar as tantas personagens femininas que atuaram de forma incessante nas fileiras do Partido Comunista do Brasil e militaram pela causa operária. De forma que não seja feita uma história das mulheres apartada da que já se encontra estabelecida, mas sim, inseri-las nesta, de maneira que elas sejam percebidas como sujeitos atuantes ali, presentes nos diversos contextos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. Campinas - SP, 2010.

ALVES, Iaracélli da Cruz. **A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)**. Feira de Santana, 2015.

ANDRADE, Joana El-Jaick. A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social democracia. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.24, p.09-17, 2010.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

\_\_\_\_\_. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.

BARDWICK, Judith M. **Mulher, Sociedade, Transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram as nossas vidas**. São Paulo: DIEFEL, 1981.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEBEL, Ferdinand August. **A mulher e o socialismo**. Alemanha, 1879. Capítulo 23 Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/bebel/1879/mulher/28.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fortes, 1999.

BITTENCOURT, Ícaro. O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. **Revista Social e Humana**, Santa Maria, v. 20, n. 01, jan/jun 2007, 141-151.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural**. Ijuí - Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2000.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e Batalhas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BARATA, Agildo. **A vida de um revolucionário: memórias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978

CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CASTELUCCI, Aldrin Armstrong. **Salvador dos operários: uma greve geral de 1919 na Bahia**. Salvador: UFBA, 2001. Disponível em: <<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/Salvador-dos-Operarios.pdf>>. 26 de maio de 2016.

CHAPERON, Sylvie. Auê sobre O Segundo Sexo. **Dossiê Simone de Beauvoir**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 12, 1999.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Graal,

COSTA, Albertina. et. al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 289-309, 1992.

COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher “subversiva”. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 9, n. 35, p. 16-23, jul/set. 1994.

CUNHA, M. de F. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História e Ensino. Revista do Laboratório de Ensino de História**, v. 6, p. 141-161, 2000.

DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITA, S. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DIAS, Everardo. **Memórias de exilado: episódios de uma deportação**. São Paulo, 1920

FALCÃO, Frederico José. **Organizações Revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem**. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCHECOLA de Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF05/Frederico%20Falc%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 08 de Julho de 2016.

FERRAZ, Geraldo Galvão (Org.). **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucch. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. **Revista Historiae**, v. 3, p. 09-26. Rio Grande, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 4. ed. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, 1990.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 208-231, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

HIARATA, Helena. KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisas**, v. 37, n. 132, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniéle. A Classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KAREPOVS, Dainis. **Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo, Hucitec. UNESP, 2003.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, Heitor Ferreira de. **Caminhos percorridos: memórias de militância**. São Paulo: Brasiliense, 1982;

LINS, Marcelo da Silva. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947). **Revista Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. Direito de voto as mulheres e luta de classes. In. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos - Vol. I**. Org. Isabel Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MARTINS, A. M. R. Mulheres na militância anarquista (1900-1930). In. Angela Maria Roberti Martins e Edna Maria dos Santos. (Org.). **O Anarquismo no Brasil: produção multimídia para a docência do ensino básico público**. 1ed. Rio de Janeiro: LPPE-UERJ, 2012, v. 1.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1935.

OLIVEIRA, Luan Eloy. **Memória e História das Lutas Sociais no Brasil: um estudo sobre a obra de Everardo Dias (1962)**. Vitória da Conquista, 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – Fundação Roberto Marinho, 1995.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Revista Arquivos da Memória – Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Nº 2. Ed. Nova Série, 2007

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB**. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

PERALVA, Osvaldo. **O retrato**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1960

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In. Dossiê História das Mulheres no Ocidente. **Cadernos Pagu**, nº 04, 1995: p.9-2.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas atuais da Democracia**. Ed Vitoria, 1947. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/12/08.htm>>. Acesso em: 20 de Julho de 2016.

PROST, Antonie. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VICENTE, Gerard. (Org.). **História da vida privada V**: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAGO, Luiza Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: A utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Iracema. **O trabalho feminino: dever de todo o Partido**. In: Problemas Revista Mensal de Cultura Política, n.64, 1954.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e História**. Trad. Consol Vilá I. Boadas. - México: FCE, Universidad Autonoma de la Ciudad de Mexico, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995. Disponível em: <[https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender)>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **Escrita a história**: novas perspectivas. Trad.Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil. **Revista Política**: História e Sociedade, v.8, n.1, p. 223-231, Vitória da Conquista, 2008.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**. Edição 40. 2013: 169-195.

\_\_\_\_\_. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro:Campus, 1997. p. 275-296.

\_\_\_\_\_. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

TAVARES, B. M. M. **Gênero e política**: a questão feminina no interior do PCB. Disponível em: <[www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm](http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm)>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

VINHAS, Moisés. **O partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, 1988.

ZETKIN, Clara. **La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo**. Barcelona, Anagrama, 1976.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Revista Fazendo Gênero**, nº 09, 2010.